



AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO DO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº 652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



DECLARAÇÃO

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Instituição demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e

da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas, incluindo o relatório da administração, relatório do auditor independente, parecer do conselho fiscal, relatório do comitê de auditoria estatutário, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

• <https://www.fomento.pr.gov.br/pagina/demonstrativos-contabeis-fomento-parana>
• <https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>
• <https://www.bcb.gov.br/estabilidade/financeira/encontreinstituicao>.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO RESUMIDO

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a Fomento Paraná submete à apreciação dos acionistas e à sociedade as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas conforme as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Fomento Paraná é uma sociedade anônima de capital fechado. O Estado do Paraná é acionista majoritário. O capital social autorizado é de quatro bilhões de reais.

A instituição atua em sintonia com as políticas públicas estaduais focadas no desenvolvimento econômico e social financiando projetos dos municípios para obras de infraestrutura e mobilidade urbana, aquisição de máquinas e equipamentos, construções,

entre outros. E fornece crédito para empreendedores informais e de micro, pequeno e médio porte, de todos os setores da atividade econômica, de todas as regiões do estado. A Fomento Paraná é gestora de fundos públicos de desenvolvimento, garantidores ou de aval e mantém cotas em fundos de investimento em participação. Também responde pela gestão e cobrança de carteiras de ativos do Estado do Paraná.

No exercício 2022, a Fomento Paraná registrou um crescimento de 13,9% em seu Patrimônio Líquido, que chegou a R\$ 2.263,8 milhões. O lucro líquido cresceu 109,7% em relação ao período anterior e totalizou R\$ 170,5 milhões. Os ativos totais da instituição registraram um saldo de R\$ 2.726,6 milhões, o que representa expansão de

12,9% em doze meses.

A instituição fechou o exercício de 2022 com uma carteira de crédito total de R\$ 1.280,6 milhões, com redução de 1,7% em doze meses.

No ano foram contratadas 9.424 operações de crédito para empreendedores privados de janeiro a dezembro de 2022, somando R\$ 148 milhões, e 115 operações para atender 89 municípios paranaenses, totalizando R\$ 429,2 milhões.

A íntegra do Relatório de Administração do exercício de 2022 está disponível no endereço eletrônico da Fomento Paraná em <https://www.fomento.pr.gov.br/pagina/demonstrativos-contabeis-fomento-parana>.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		1.745.393	1.471.065
DISPONIBILIDADES	3c e 4	130	1
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.736.427	1.483.757
Títulos e valores mobiliários	3d, 4 e 5	1.325.251	1.065.928
Operações de crédito	3d e 6	411.176	417.829
(-) PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	3d e 6	(23.275)	(17.477)
OUTROS ATIVOS	3i e 7	32.111	4.784
NÃO CIRCULANTE		981.194	943.010
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		980.806	942.536
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		987.963	923.682
Títulos e valores mobiliários	3d, 4 e 5	118.579	39.098
Operações de crédito	3d e 6	869.384	884.584
(-) PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	3d e 6	(35.876)	(30.420)
OUTROS ATIVOS	3i e 7	1.663	24.529
ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS	3h e 15	27.056	24.745
INVESTIMENTOS		2	2
IMOBILIZADO DE USO	3f e 8a	1.819	1.777
INTANGÍVEL	3f e 8b	355	355
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	3f, 8a e 8b	(1.788)	(1.660)
TOTAL DO ATIVO		2.726.587	2.414.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	NOTA	2º Semestre 2022	Acumulado em	
			31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		108.339	203.314	94.624
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO		12.811	29.967	25.074
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		121.150	233.281	119.698
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS		(35.792)	(99.203)	9.709
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		85.358	134.078	129.407
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(39)	(42)	(112)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		60.000	122.617	57.669
AUMENTO LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		145.319	256.653	186.964
MODIFICAÇÕES NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA				
INÍCIO DO PERÍODO	3c e 4	1.177.263	1.065.929	878.965
FIM DO PERÍODO	3c e 4	1.322.582	1.322.582	1.065.929
AUMENTO LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		145.319	256.653	186.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	NOTA	2º Semestre 2022	Acumulado em	
			31/12/2022	31/12/2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3d, 5 e 14a	181.159	344.894	210.722
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3d, 6f e 14b	(30.839)	(68.567)	(57.300)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		150.320	276.327	153.422
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	14c a 14h	(41.979)	(73.025)	(58.819)
RESULTADO OPERACIONAL		108.341	203.302	94.603
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(2)	12	21
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		108.339	203.314	94.624
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3h e 15	(14.726)	(28.949)	(9.916)
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		(2.080)	(3.823)	(3.367)
LUCRO LÍQUIDO		91.533	170.542	81.341
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES (EM R\$)		49,66	92,53	49,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	NOTA	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCRO	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL	
					LEGAL	ESTATUTÁRIA	ESPECIAL	
SALDOS EM 31/12/2020		1.573.931	-	-	4	71.608	199.424	3.513
AUMENTO DE CAPITAL	13b	-	73.116	-	1	-	(3.513)	-
INCORPORAÇÃO AO CAPITAL HOMOLOGADO BACEN	13b	73.116	(73.116)	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	-	-	-	-	-	81.341
DESTINAÇÕES	3i e 13c	-	-	-	4.067	3.862	60.668	(81.341)
SALDOS EM 31/12/2021		1.647.047	-	-	5	75.675	203.286	60.668
AUMENTO DE CAPITAL	13b	-	196.026	-	1	-	(60.668)	-
INCORPORAÇÃO AO CAPITAL HOMOLOGADO BACEN	13b	136.026	(136.026)	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	-	-	-	-	-	170.542
DESTINAÇÕES	3i e 13c	-	-	-	8.528	23.974	109.255	(170.542)
SALDOS EM 31/12/2022		1.783.073	60.000	6	84.203	227.260	109.255	- 2.263.797
SALDOS EM 30/06/2022		1.647.047	136.026	6	79.626	214.772	50.168	- 2.127.645
AUMENTO DE CAPITAL	13b	-	60.000	-	-	-	-	-
INCORPORAÇÃO AO CAPITAL HOMOLOGADO BACEN	13b	136.026	(136.026)	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		-	-	-	-	-	-	91.533
DESTINAÇÕES	3i e 13c	-	-	-	4.577	12.488	59.087	(91.533)
SALDOS EM 31/12/2022		1.783.073	60.000	6	84.203	227.260	109.255	- 2.263.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	NOTA	2º Semestre 2022	Acumulado em	
			31/12/2022	31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO		91.533	170.542	81.341
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		91.533	170.542	81.341

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	NOTA	2º Semestre 2022	% 31/12/2022	% 31/12/2021	%
RECEITAS	172.266	323.877	195.766		
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(18.742)	(39.414)	(31.954)		
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(17.107)	(27.905)	(24.288)		
VALOR ADICIONADO BRUTO	136.417	256.558	139.524		
DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO/ DEPRECIÇÃO	(66)	(130)	(122)		
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	136.351	256.428	139.402		
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(136.351)	100	(256.428)	100	(139.402)
PESSOAL	14d	(18.731)	14	(35.449)	14
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	(25.003)	18	(48.350)	19	(23.553)
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	14e	(1.084)	1	(2.087)	1
REMUNERAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	13c	(91.533)	67	(170.542)	66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Paraná S.A. - Fomento Paraná ("Instituição"), situada na Rua Comendador Araújo, 652 - Batel, em Curitiba - PR, é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, conforme Lei Estadual nº 11.741/1997 e alterações posteriores. É regida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.828/2001 e respectivas alterações. O objeto social é apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associado a projetos no Estado, podendo praticar operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de:

- Fundos e programas oficiais;
- Orçamentos federal, estaduais e municipais;
- Organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento;
- Captação de depósitos interfinanceiros vinculados a operações de micro finanças - DIM; e,
- Outras modalidades de captação, desde que aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional. Figura também no objeto social a prestação de garantias, prestação de serviços de consultoria, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos, inclusive os de desenvolvimento, financiamento e investimento do Estado e, ainda, participar de empreendimentos públicos e privados.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) **Declaração de conformidade e base de mensuração**
As demonstrações estão de acordo com as normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN para elaboração de demonstrações financeiras, contemplam a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a Fomento Paraná na elaboração das demonstrações financeiras adotou somente os pronunciamentos aprovados pelo BACEN e vigentes no ano de 2022.

Estas demonstrações contábeis individuais foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2023.

b) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que impactam os valores reportados dos ativos e passivos.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOADAS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da instituição. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Apuração do resultado

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, e são utilizados pela Fomento Paraná para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, conforme prevê a Resolução CMN nº 4.818/2020.

d) Instrumentos financeiros

I - Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo os fundos de investimento registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

A Fomento Paraná não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

II - Operações de crédito e obrigações por repasses e empréstimos

As operações de crédito e as obrigações por repasse e empréstimos, encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada.

Para as operações de créditos vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

III - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, em montante julgado suficiente à cobertura de eventuais perdas na realização dos mesmos, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito, seguindo as regras estabe-



AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO DO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº 652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



lecionadas pela Resolução CMN nº 2.682/1999 que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas e aquelas que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

e) Ativos não financeiros mantidos para venda

Estão registrados os bens móveis e imóveis recebidos em dação em pagamento ou oriundos de execução de garantias em operações de créditos. São registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados. Anualmente passam por avaliação, e identificada uma variação para menor do valor registrado, uma provisão para desvalorização é reconhecida.

f) Imobilizado de uso e intangível

Os bens que constituem o imobilizado de uso e os bens intangíveis, são demonstrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada.

g) Redução do valor recuperável de ativos

É reconhecida uma perda por redução do valor recuperável de ativos se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

h) Tributos correntes e diferidos

Os tributos incidentes sobre o Lucro e o faturamento são calculados às alíquotas a seguir demonstradas:

TRIBUTO	ALÍQUOTA
Imposto de Renda e Adicional de IR	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	20,00% (até 31/07/2022) e 21,00% (até 31/12/2022)
Pis	0,65%
Cofins	4,00%
ISS	5,00%

Os ativos fiscais diferidos, referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são reconhecidos conforme Resolução CMN nº 4.842/2020, com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Os ativos diferidos, são constituídos sobre diferenças temporárias decorrentes de despesas apropriadas no período e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social. Os passivos fiscais diferidos, são constituídos sobre diferenças temporárias tributáveis, decorrentes de receitas de créditos recuperados, tributadas pelo regime de caixa, na forma prevista no artigo 12, § 2º da Lei Federal nº 9.430/1996.

i) Outros ativos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando necessária. Os saldos realizáveis em até 12 meses são classificados no ativo circulante.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos, provisões e passivos contingentes são reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

k) Outros passivos

Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos em base *pro rata die*. Os saldos exigíveis em até 12 meses são classificados no passivo circulante.

l) Juros sobre o capital próprio (JCP)

Os juros sobre o capital próprio (JCP), destinados aos acionistas, são calculados em conformidade com a Lei Federal nº 9.249/1995.

Aos acionistas, é destinada a importância mínima de 25% (vinte e cinco por cento), a título de JCP, nos termos do artigo 202 da Lei Federal nº 6.404/1976 e do Estatuto Social. Por deliberação do Conselho de Administração, *ad referendum*, da Assembleia Geral, o crédito contábil dos JCP, pode atingir o limite máximo permitido pelo benefício fiscal previsto na Lei Federal nº 9.249/1995, em conformidade com a Política de Distribuição de Dividendos.

m) Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Instituição elaborou de forma espontânea, a demonstração de valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

n) Resultados recorrentes e não recorrentes

Seguindo a definição da Resolução BCB nº 2/2020, a instituição divulga de forma segregada os resultados recorrentes e não recorrentes. Como não recorrentes classifica-se o resultado que: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	130	1
Cotas de fundos de investimento de renda fixa	1.322.452	1.065.928
Total	1.322.582	1.065.929

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Discriminação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira própria		
Títulos públicos federais - LFT	41.226	20.163
Cotas de fundos de investimento de renda fixa	1.322.452	1.065.928
Fundo garantidor de investimentos - FGI	1.197	1.165
Cotas de fundos de investimentos em participações - FIPs	9.561	6.809
(-) Provisão para desvalorização	(49)	(39)
Vinculados ao Banco Central		
Títulos públicos federais - LFT	60.417	-
Vinculados à prestação de garantias		
Cotas de fundos de investimento de renda fixa	9.026	11.000
Total	1.443.830	1.105.026

NOTA 6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição por modalidade

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos	375.539	347.616
Financiamentos	118.106	122.555
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	786.915	832.242
Carteira bruta	1.280.560	1.302.413
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(59.151)	(47.897)
Carteira líquida de provisão	1.221.409	1.254.516

b) Composição por setor de atividade econômica

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Setor privado	436.352	409.230
Indústria	58.468	64.089
Comércio	169.452	155.414
Serviços	194.081	175.607
Pessoas físicas	14.351	14.120
Setor público	844.208	893.183
Administração direta municipal	844.208	893.183
Total da carteira	1.280.560	1.302.413

c) Composição da provisão esperada por perdas associadas ao risco de crédito

Classificação de risco	Total da carteira	% participação	31/12/2022		31/12/2021
			Provisão BACEN mínima requerida %	Valor	Provisão BACEN mínima requerida
AA	254.347	19,86	-	-	-
A	695.329	54,30	0,50	(3.477)	(3.459)
B	166.668	13,02	1,00	(1.667)	(2.920)
C	81.623	6,37	3,00	(2.448)	(2.778)
D	19.331	1,51	10,00	(1.933)	(2.114)
E	11.736	0,92	30,00	(3.520)	(2.090)
F	7.203	0,56	50,00	(3.602)	(2.746)
G	6.064	0,47	70,00	(4.245)	(3.384)
H	38.259	2,99	100,00	(38.259)	(28.406)
Total	1.280.560	100,00		(59.151)	(47.897)

d) Movimentação da provisão esperada por perdas associadas ao risco de crédito

	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	57.534	47.897	42.700
Constituição de provisão, líquida de reversões	12.097	29.153	25.346
Créditos baixados para prejuízo	(10.480)	(17.899)	(20.149)
Saldo final	59.151	59.151	47.897
Créditos recuperados do prejuízo	7.947	18.684	11.813

NOTA 7 - OUTROS ATIVOS

	31/12/2022	31/12/2021
Rendas a receber	5.623	4.190
Adiantamentos concedidos	2.203	2.011
Devedores por depósitos em garantia	22.636	20.257
Devedores diversos país	876	637
Outros valores e bens (a)	2.529	2.266
(-) Provisões para desvalorização (a)	(93)	(48)
Total	33.774	29.313

a) Outros valores e bens

	31/12/2022	31/12/2021
Material em estoque	56	56
Despesas antecipadas	94	99
Ativos não financeiros mantidos para venda	2.379	2.111
Total	2.529	2.266
(-) Provisões para desvalorização	(93)	(48)
Total	2.436	2.218

NOTA 8 - IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado de uso

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor Residual	
				31/12/2022	31/12/2021
Instalações, móveis e equipamentos	6,67% a 50%	543	(318)	225	251
Sistema de comunicação	10% a 33,33%	223	(177)	46	65
Processamento de dados	10% a 50%	982	(917)	65	91
Sistema de transporte	20%	29	(29)	-	-
Benefetorias de bens de terceiros	10% a 50%	42	(30)	12	17
Total		1.819	(1.471)	348	424

b) Intangível

	Taxa anual	Custo	Amortização	Valor Residual	
				31/12/2022	31/12/2021
Licença de uso software	20%	355	(317)	38	48
Total		355	(317)	38	48

NOTA 9 - PASSIVOS FINANCEIROS

a) Obrigações por repasses do país

Instituições do país	31/12/2022	31/12/2021
BNDES	266.825	283.598
CEF	12.058	16.445
FINAME	10.502	10.890
FINEP	19.798	14.414
FUNGETUR	31.446	36.880
BRDE	7.069	9.621
Total	347.698	371.848

b) Empréstimos no exterior

Tranches	Data da Liberação	Vencimento final	Taxa de juros	Valor Liberado	31/12/2022	31/12/2021
CAF-1	08/09/2022	30/09/2027	CDI + 2,5%	31.127	32.712	-

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social corrente	9.849	1.867
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.833	-
Impostos e contribuições sobre salários	1.311	1.266
COFINS	1.153	860
PIS	187	140
Outros	254	148
Total	16.587	4.281

NOTA 11 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

a) Ativos contingentes

A Instituição ajuizou uma Ação de Repetição de Indébito protocolada sob nº 5037152-33.2019.4.04.7000, e outra ação de pedido de restituição dos valores recolhidos a maior título de RAT, autuado sob nº 5060265-16.2019.4.04.7000, no entanto, devido as características das ações, cuja a evidência de realização não é praticamente certa, nenhum efeito foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e passivos contingentes

A constituição de provisão ocorre sempre que a perda for classificada como provável, já os passivos contingentes classificados com riscos possíveis, não são reconhecidos contabilmente.

c) Contingências de risco provável

Natureza	31/12/2021	Constituição	Atualização	Pagto.	Reversão	31/12/2022
Trabalhistas	593	588	61	(7)	(14)	1.221
Cíveis	39	21	20	(15)	(47)	18
Administrativas	84	-	13	-	-	97
Total	716	609	94	(22)	(61)	1.336

d) Contingências de risco possível

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	1.137	806
Cíveis	311	48
Total	1.448	854

e) Fisco Municipal - atuação ISS

Em 2006 e 2010, a Fomento Paraná foi autuada pelo Município de Curitiba, pela ausência de retenção na fonte do ISS incidente sobre recibos de prestação de serviço do PARANACIDADE relativo aos exercícios de 2002 a 2007. Sob essa ação a Instituição, faz continuamente recolhimentos de depósito judicial, e, mantém retenção desse valor sobre o serviço prestado, dessa forma não constituiu provisão para contingência sobre essa ação, pois o risco fiscal é do prestador de serviço.

NOTA 12 - OUTROS PASSIVOS

	31/12/2022	31/12/2021
Sociais e estatutárias (a)	35.967	17.637
Diversas (b)	28.490	28.688
Total	64.457	46.325

a) Sociais e estatutárias

	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre o capital próprio	28.782	12.743
Provisão para participações nos lucros	7.185	4.894
Total	35.967	17.637

b) Diversas

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para despesas de pessoal	2.819	2.951
Provisão para despesas administrativas	1.019	1.000
Créditos diversos no país	24.638	24.689
Cobrança e arrecadação de tributos	14	48
Total	28.490	28.688

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$ 1.843.073 mil (R\$ 1.647.047 mil em 31 de dezembro de 2021) representado por 1.843.073 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Aumento de Capital

Em 23 de maio de 2022 e 15 de dezembro de 2022, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital social em espécie, no montante de R\$ 65.000 mil e R\$ 60.000 mil, respectivamente. Em 01 de junho de 2022, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital na ordem R\$ 71.026 mil relativos à incorporação dos Juros sobre o Capital Próprio de 2021, destinados aos acionistas Estado do Paraná (R\$ 71.014) e Celepar (R\$ 12).

c) Juros sobre o capital próprio e destinação do lucro líquido

Nos termos do Estatuto Social, aos acionistas é atribuído, em cada semestre/exercício, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, sendo e facultado que os juros sobre o capital próprio (JCP) sejam imputados a esses dividendos.

Por deliberação do Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, foram destinados no 1º e 2º semestre de 2022, JCP pelo limite fiscal da variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido, dentro do limite fiscal previsto na Lei Federal nº 9.249/1995, totalizando no exercício o montante bruto de R\$ 138.040 mil (R\$ 73.412 em 31 de dezembro de 2021).

Em conformidade ao estabelecido no artigo 79 do Estatuto Social, o resultado apurado no exercício foi destinado da seguinte forma:

	2º semestre 2022	Acumulado em	
		31/12/	



AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO DO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº 652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



f) Despesas tributárias

	2º Semestre		Acumulado em	
	2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
COFINS	(6.351)	(11.843)	(7.071)	
PIS	(1.032)	(1.924)	(1.149)	
ISSQN	(197)	(432)	(461)	
Outros	(87)	(174)	(121)	
Total	(7.667)	(14.373)	(8.802)	

g) Despesas/reversão de provisão

	2º Semestre		Acumulado em	
	2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
(Provisão) reversão de processos trabalhistas	(600)	(635)	163	
(Provisão) reversão de processos cíveis	(17)	6	91	
(Provisão) reversão de processos administrativos	(4)	(13)	194	
Total	(621)	(642)	448	

h) Outras receitas e despesas operacionais

	2º Semestre		Acumulado em	
	2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Recuperação de encargos e despesas	356	631	554	
Outras receitas operacionais	1.040	2.008	1.206	
Outras despesas operacionais	(996)	(1.991)	(864)	
Total	400	648	896	

NOTA 15 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Acumulado em			
	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	203.314	203.314	94.624	94.624
Participações dos empregados	(3.823)	(3.823)	(3.367)	(3.367)
Resultado após a participação dos empregados	199.491	199.491	91.257	91.257
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(137.184)	(137.184)	(64.160)	(64.160)
Adições (exclusões) temporárias	(485)	(485)	8.241	8.241
Adições (exclusões) permanentes	(136.699)	(136.699)	(72.401)	(72.401)
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	62.307	62.307	27.097	27.097
Incentivos fiscais	(695)	-	(419)	-
IRPJ e CSLL correntes devidos às alíquotas vigentes	(14.858)	(12.569)	(6.331)	(6.188)
IRPJ e CSLL diferido calculados às alíquotas vigentes	(845)	(677)	1.446	1.157
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(15.703)	(13.246)	(4.884)	(5.032)

NOTA 16 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Na divulgação sobre partes relacionadas é observada a Resolução CMN nº 4.818/2020, que determina a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas pelas instituições financeiras, bem como a Política de Partes Relacionadas da Instituição. De acordo com o pronunciamento, são partes relacionadas da Fomento Paraná:

- a) Governo do Estado do Paraná, acionista majoritário;
b) Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, acionista minoritário;
c) Serviço Social Autônomo Paranaense;
d) Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE;
e) Invest Paraná; e
f) Pessoal-Chave da Administração (Diretoria e Conselho de Administração).

NOTA 17 - ADEQUAÇÃO DE CAPITAL

A Fomento Paraná mantém, permanentemente, margem de PR em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.958/2021, bem como para a cobertura do Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRB) e o Adicional de Capital Principal mínimo requerido para RWA (ACP). O detalhamento do capital requerido relativamente ao RWA é o seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	2.263.760	1.986.633
Parcela do PR destacado para operações de crédito com o setor público	(1.716.161)	(1.591.493)
PR para comparação com o RWA	547.599	395.140
Total de ativos ponderados por risco (RWA)	835.543	782.696
Capital Cobertura risco de taxa de juros da carteira bancária	60.552	32
PR mínimo requerido para RWA e IRRB	127.396	62.648
Adicional de capital principal mínimo requerido p/ RWA (ACP)	20.889	15.654
Margem de PR considerando o RBAN e o ACP	399.314	316.838
Índice de Basileia (PR/RWA) - mínimo 8%	65,54%	50,48%

NOTA 18 - GESTÃO DE RISCOS, DE CAPITAL E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

O gerenciamento de riscos na Fomento Paraná é coordenado pela Gerência de Riscos e Compliance, subordinada ao Diretor-Presidente e liderada pelo Diretor Jurídico, indicado nos termos da Resolução CMN nº 4.557/2017 Diretor para Gerenciamento de Riscos (Chief Risk Officer - CRO). Os riscos relevantes e o capital são gerenciados de maneira integrada em conformidade com as Resoluções CMN 4.557/2017 e 4.595/2017. Estas resoluções estabelecem diferentes responsabilidades conforme segmentação constante na Resolução CMN nº 4.553/2017. A Fomento Paraná está enquadrada no segmento 4 (S4), cumprindo as obrigações cabíveis ao bloco. O Relatório de Pilar 3, contendo a Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição (tabela OVA), encontra-se disponível no site da internet da Fomento Paraná, no endereço eletrônico: <http://www.fomento.pr.gov.br/Pagina/gestao-de-riscos-e-gerenciamento-de-capital>. O detalhamento por tipo de gerenciamento de riscos está disponível na versão completa das Notas Explicativas.

NOTA 19 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes/não recorrentes

	Acumulado em	
	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	170.542	81.341
(-) Eventos não recorrentes líquidos dos efeitos tributários	(755)	(1.900)
Reversão/(provisão) para contingências	(637)	(381)
Resultado não operacional	12	21
Tributos (IRPJ e CSLL)	(130)	(1.540)
Resultado líquido do exercício recorrente	171.297	83.241

b) Instrumentos Financeiros

O BACEN através da Resolução nº 4.966/2021 busca convergência com a norma internacional do IFRS 9. A resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025 e a Fomento Paraná já iniciou as avaliações de impacto e possui plano de implementação para atender as alterações necessárias no prazo.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente Heraldo Alves das Neves	
Diretora Administrativa e Financeira Responsável pela Contabilidade Mayara Puchalski	Diretor de Mercado Vinicius José Rocha
Diretor de Operações do Setor Privado Renato Maçaneiro	Diretor de Operações do Setor Público Wellington Dalmaz
Diretor Jurídico/CRO - Chief Risk Officer Nildo José Lübke	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Flávio Montenegro Balan	
Conselheiros Vilson Ribeiro de Andrade - Eduardo Francisco Sciarra Elias Gandour Thomé - Bruno Antonio de Novaes Parolin Carlos Alberto Massaru Adati - Gustavo Castanhano	

CONTADORA

CRC PR-044315/O-8
Luciane de Oliveira Tessaro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O parecer do Conselho Fiscal foi emitido em 20 de março de 2023 e opina que os documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Fomento Paraná. O Parecer completo pode ser encontrado nos seguintes endereços:

<https://www.fomento.pr.gov.br/pagina/demonstrativos-contabeis-fomento-parana>
<https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>
<https://www.bcb.gov.br/estabilidade/financeira/encontreinstituicao>.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO 2º SEMESTRE DE 2022

O Comitê de Auditoria emitiu relatório sobre as demonstrações financeiras, em 20 de março de 2023 e a versão completa está disponível eletronicamente nos seguintes endereços:
<https://www.fomento.pr.gov.br/pagina/demonstrativos-contabeis-fomento-parana>
<https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>
<https://www.bcb.gov.br/estabilidade/financeira/encontreinstituicao>.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras completas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi emitido pela Bazzaneze Auditores Independentes S/S em 21 de março de 2023 sem modificações. O Relatório completo pode ser encontrado nos seguintes endereços:
<https://www.fomento.pr.gov.br/pagina/demonstrativos-contabeis-fomento-parana>
<https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>
<https://www.bcb.gov.br/estabilidade/financeira/encontreinstituicao>.

GPM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A CGC/MF 75.204.354/0001-57

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia à Rua Emiliano Pernetá, 659 SL 04, os documentos de que trata o artigo nº 133 da lei 6.404 de 15/12/1976, ou seja, o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras pertinentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022.

CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a se realizar no dia 27 de Abril de 2023, sendo a primeira chamada às 15:00h e a segunda chamada às 15h30min, na Rua Emiliano Pernetá, n.º 659 - Piso P, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e resultados do exercício social encerrado em 31.12.2022.
b) Destinação do lucro de exercício encerrado em 31.12.2022.
c) Outros assuntos de interesse social.

Curitiba, 27 de março de 2023.
João Cesar Fernandes Pessôa
Diretor Presidente

GUTIERREZ, PAULA, MUNHOZ S/A - CONSTRUÇÃO CIVIL. CGC/MF 76.495.886/0001-53

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia à Rua Emiliano Pernetá, 659 SL 04, os documentos de que trata o artigo nº 133 da lei 6.404 de 15/12/1976, ou seja, o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras pertinentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022.

CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a se realizar no dia 27 de abril de 2023, sendo a primeira chamada às 14:00h e a segunda chamada às 14h30min, na Rua Emiliano Pernetá, n.º 659 - Piso P, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e resultados, relativas do exercício social encerrado em 31.12.2022.
b) Destinação do lucro de exercício encerrado em 31.12.2022.
c) Outros assuntos de interesse social.

Curitiba, 27 de março de 2023.
João Cesar Fernandes Pessôa
Diretor Presidente

AUGUSTO THOMAZ S/A. - IND. E COM. DE MADEIRAS CNPJ/MF - 78.142.999/0001-09

AVISO AOS ACIONISTAS

A Diretoria da companhia Augusto Thomaz S/A - Indústria e Comércio de Madeiras, em consonância com os dispositivos legais e estatutários vigentes, comunica aos Senhores Acionistas que a partir de 24 de março de 2023, em horário comercial, encontram-se à sua disposição, na sede social da Companhia, situada na Rua Coronel Gracia nº 410 Bairro Centro na cidade de Irati, Estado do Paraná, CEP 84.500-066, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei 6.404 de 15/12/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e que serão objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária de 2.023.

Irati/PR, 24 de março de 2023
EDSON MARCIO THOMAZ
Diretor

Álcool do Paraná Terminal Portuário S.A.

CNPJ n.º 04.087.783/0001-43 - NIRE 41.300.069.832
EDITAL DE CONVOCAÇÃO E AVISO AOS ACIONISTAS
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam as acionistas da Álcool do Paraná Terminal Portuário S.A. convocadas a se reunirem presencialmente em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2023, às 09:30 horas, na sede social da Companhia, situada no Município de Paranaguá, Estado do Paraná, na Avenida Bento Rocha, n.º 1.342, térreo, Dom Pedro II, CEP 83221565, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) deliberação sobre a destinação do resultado do exercício; e (iii) eleição dos membros da Diretoria da Companhia e fixação da respectiva remuneração. Documentos à disposição: Encontra-se à disposição das acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133, da Lei n.º 6.404/76, relativos ao exercício de 2022. Paranaguá, 24 de março de 2023. **Paulo Meneguetti** - Diretor Presidente.

CLUBE CURITIBANO

EDITAL

Comunicamos aos associados abaixo relacionados, aos quais foi aplicada a pena de eliminação do quadro social, prevista no artigo 41, inciso X, do Estatuto, que o prazo para reverter o ato de eliminação é de 30 (trinta) dias para sócio presente, e 60 (sessenta) dias para sócio ausente, conforme artigo 29, § 1º, do Regimento Interno, contados da data de publicação deste edital.

B 320-1	Gilmar Mereb Chueire Calixto	B 3806-1	Joao Guilherme H Duarte
C 42-0	Celia Maria Neme Palermo	C 1585-5	Thais Felipe Greca
C 3252-0	Renato Nogueira Saltori	C 3412-9	Armando Cesar S Valeixo
C 4837-2	Adriana B De P G Camargo	C 5727-7	Leticia M Franceschi Ribeiro
C 6380-4	Rodrigo Gavazoni Cravo	C 8063-6	Walter Augusto Wendler
C 8177-6	Renata Weber R Frantzezo	S 1532-6	Breno William De A Rodrigues
S 3925-8	Matheus Bonet Schafrun		

Faça um orçamento sem compromisso

www.bemparana.com.br

Juliane Dorosxi Stefanczak - Presidente

EDITAL DE LEILÃO EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL NOS TERMOS DA LEI Nº 9.514/97
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BEM IMÓVEL
1ª PRAÇA: 17/04/2023 – 14h00min
2ª E ÚLTIMA PRAÇA: 18/04/2023 – 14h00min
LOCAL: EXCLUSIVAMENTE ONLINE ATRAVÉS DO ENDEREÇO
<http://www.vmlleioes.com.br>

O Leiloeiro Público Oficial, JAIR VICENTE MARTINS, registro Jucepar 609, torna público que venderá em leilão realizado na forma da lei 9.514/97, mediante autorização de Ademicon Administradora de Consórcios S/A, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Sete de Setembro, 5870, Curitiba-PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 84.911.098/0001-29, sucessora de Ademilair Administradora de Consórcios S/A, no dia, local e hora acima referidos, o imóvel adiante descrito, para pagamento de dívida decorrente de Instrumento particular de confissão de dívida com pacto adjecto de constituição de alienação da propriedade fiduciária em garantia em caráter escritura pública nº 170714-01 de 17/07/2014, em que figurou como CREDORA FIDUCIÁRIA: ADEMICON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/A DEVEDORES FIDUCIÁRIOS: JOÃO HENRIQUE DOS SANTOS e sua mulher, DULCINEIA APARECIDA FALINSKI DOS SANTOS; **Qualificação:** brasileiros, casados entre si, ele químico, portador da C.I. nº 587.159-1/Ministério da Marinha e inscrito no CPF/MF sob nº 034.430.579-18, ela do lar, portadora da CIRG nº 8.242.451-2/SESP-PR, inscrita no CPF/MF sob nº 043.268.039-08, residentes e domiciliados na Rua Hilton de Mattos Leao, nº 41, Cajuru, Curitiba-PR; IMÓVEL: Fração ideal de solo de 0,023667, que corresponderá à RESIDÊNCIA 23 a qual terá a área total construída de utilização exclusiva de 184,3700m², perfazendo a área correspondente ou global construída de 184,3700m², sendo: no pavimento térreo, 64,9500m² de área computável; no pavimento superior, 67,2800m² de área computável e 4,4200m² de área não computável, destinada a sacada; no sótão terá 47,7200m² de área não computável; terá a área de terreno de utilização exclusiva de 134,0000m², sendo 64,9500m² de área que a residência ocupa no solo e 69,0500m² de área de quintal e jardim; área de uso comum de 83,1719m² - perfazendo a quota de terreno de 217,1719m² integrante do RESIDENCIAL ZANDONA, situado na Rua Júlio Maito Sobrinho nº 301 o qual foi edificado sobre o Lote de terreno 8-A-1, da Quadra 234, no Bairro Uberaba, nesta cidade de Curitiba -PR. Indicação Fiscal nº 88.234.123.022-9 Matrícula nº 78.341 - 4º Registro de Imóveis de Curitiba-PR - Consolidação da Propriedade AV. 08. 1ª PRAÇA: 17/04/2023 - 14h00min - Valor de avaliação atualizado para hasta R\$ 410.500,00 (quatrocentos e dez mil e quinhentos reais), conforme ITBI emitido em 09/12/2022. De acordo com o que determina o parágrafo 1º do artigo 27 da Lei 9.514/97: Se, no primeiro público leilão, o maior lance oferecido for inferior ao valor atribuído ao imóvel, será realizado o segundo leilão na data mencionada, no mesmo local e horário descrito. Ainda conforme determina o parágrafo 2º do artigo 27 da Lei 9.514: § 2º No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, e das contribuições condominiais. 2ª E ÚLTIMA PRAÇA: 18/04/2023 - 14h00min - Valor da dívida em data de 23/03/2023 a ser atualizado até a data do leilão nos termos do contrato R\$ 297.714,81 (duzentos e noventa e sete mil, setecentos e quatorze reais e oitenta e um centavos); CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: À VISTA, devendo ser efetivado em até 24 horas após arrematação. LOCAL DO LEILÃO: Exclusivamente por meio eletrônico, mediante acesso ao site da internet: <http://www.vmlleioes.com.br>, podendo ser oferecido lance em tempo real mediante a realização de um pré cadastro no referido site. Os licitantes que desejarem participar da hasta com a utilização do sistema Leilão "online", deverão obrigatoriamente aderir aos termos contidos no sistema, através da página na rede mundial de computadores (www.vmlleioes.com.br), cujas regras integram este Edital de Leilão. Diante do leilão na modalidade eletrônica online exclusiva não será permitida qualquer outra forma de apresentação de lances ou propostas, que não por meio digital nas condições acima descritas. Observação: 1) O imóvel será vendido em caráter ad corpus, nos termos do artigo 500, §3º do Código Civil, sendo apenas enunciativas as referências neste edital, e será vendido no estado de ocupação e conservação em que se encontra, ficando a cargo do adquirente a sua desocupação, reformas, averbação de áreas e/ou regularização, quando for o caso, arcando o adquirente com as despesas decorrentes. Não será possível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento do preço ou complemento de área por eventual divergência entre a descrição do imóvel e o apurado in loco; 2) O imóvel encontra-se ocupado e constitui ônus do arrematante a imissão na posse do imóvel, incluindo despesas, recursos judiciais necessários, custas processuais e honorários decorrentes; 3) Responde o arrematante pelo pagamento da comissão do leiloeiro, no montante de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda do bem arrematado, nos termos da lei respectiva; despesas e emolumentos referentes a transferência do bem e registro da arrematação, tais como escritura, Registro de Imóveis, Funrejus, ITBI e demais impostos e taxas aplicáveis; 4) Havendo ação judicial em relação ao bem ou a presente execução e sobrevindo decisão transitada em julgado decretando a anulação do título aquisitivo da credora, ou seja, Consolidação da Propriedade, a arrematação e ou escritura/ contrato que for assinado com o licitante se resolverá de pleno direito. Nesse caso, serão devolvidos os valores pagos na arrematação, escritura e demais taxas da transferência, não gerando ao licitante o direito a pleitear indenização por perdas e danos; 5) Os lances ofertados possuem natureza irrevogável e irretroatável, mesmo em se tratando de leilão eletrônico, ficando o usuário cadastrado responsável por todos os que forem ofertados em seu nome; 6) Em caso de desistência ou não pagamento do valor de arrematação no prazo assinalado, será convocado o segundo colocado, correspondente ao segundo maior lance válido. Os desistentes estarão sujeitos às penalidades legais aplicáveis; 7) Ao devedor fiduciante é assegurado o direito de preferência, até a data de realização do 2º leilão, para aquisição do imóvel por preço correspondente ao valor da dívida devidamente atualizado e acrescido dos encargos e despesas pagos em razão da consolidação da propriedade fiduciária pela credora, e às despesas inerentes ao procedimento de cobrança e leilão, incumbindo também, ao devedor fiduciante o pagamento dos encargos tributários e despesas exigíveis para a nova aquisição do imóvel, inclusive custas e emolumentos consoante estabelece a lei 9.514/97. A ausência de manifestação do devedor fiduciante até a arrematação do imóvel em leilão, será considerado como não exercício do direito de preferência à compra; Fica desde já notificado do presente leilão o executado se não for localizado para notificação pessoal. O Leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados informações no seguinte local: Rua Joinville, 3870, sala 02, São José dos Pinhais, (41) 3385-4656 - 9969-9934 e a credora, na sede situada na Avenida Sete de Setembro, 5870 - (41) 3023-2000



RIO BRANCO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Concorrência Pública nº 001/2023

OBJETO: Contratação de uma empresa especializada para realizar a EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO EM ALVENARIA DE UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. VALOR MÁXIMO: R\$ 1.520.846,23. ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 28/04/2023, às 09:00 horas. EDITAL: Estará disponível aos interessados, no site <http://www.riobrancodosul.pr.gov.br>, no link Portal da Transparência - Licitações, do dia 28/03/2023 ao dia 28/04/2023. INFORMAÇÕES: poderão ser obtidas no site ou pelo telefone (041): 98881-6632, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h.

Rio Branco do Sul, 27/03/2023.

Crisleine dos Santos Leonart
Departamento de Compras e Licitação



MINISTÉRIO DA FAZENDA



AVISO DE VENDA

Editais de Leilão Público nº 3051/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3052/0223-CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 20/03/2023 até 23/04/2023, no primeiro leilão, e de 03/05/2023 até 08/05/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do leiloeiro Sr. FÁBIO GONCALVES BARBOSA, Rua Duque de Caxias, 280, Centro, Araruna/PR - CEP 87260-000, Fones 0800-707-9339/0800-707-9272 e atendimento de segunda a sexta das 8h às 18h, site: www.fabiobarbosaleiloes.com.br. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/imoveiscaixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 24/04/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 09/05/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.fabiobarbosaleiloes.com.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS
PARANÁ

Secretaria Municipal de Administração

Aviso de licitação

Pregão Presencial nº 035/2023

OBJETO: Contratação de empresas para fornecimento de material de áudio, foto e vídeo para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Pinhais e Pinhais Previdência".
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. VALOR MÁXIMO: R\$ 695.988,21. ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 12/04/2023 às 09h00min. LOCAL: Sala de Licitações situada na Rodovia Deputado João Leopoldo Jacomel, nº 12.162, Térreo, CEP: 83.323-410, Centro, Pinhais/PR.
EDITAL: Estará disponível aos interessados, no site <http://www.pinhais.pr.gov.br>, no link Licitações, do dia 28/03/2023 ao dia 11/04/2023. INFORMAÇÕES: poderão ser obtidas no site ou pelo telefone (41) 99147-7864, das 08h00min às 12h00min e das 13h00 às 17h00min. Pinhais, 27/03/2023.

Solicitamos o comparecimento ao setor de Recursos Humanos das funcionárias Denice da Cruz e Jaqueline Machado da Silva para tratar de assuntos de seus interesses.

Atenciosamente,
Recursos Humanos
Empresa Clean Bottle
CNPJ: 40.083.171/0001-46

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

SUL CABOS DE AÇO COMERCIO LTDA torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de CURITIBA, a Licença Prévia para FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TREFILADOS DE METAL PADRONIZADOS a ser implantada RUA WILLIAM BOOTH Nº1162, BAIRRO BOQUEIRÃO, CEP 81650-120, CURITIBA/PR

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2023 – UASG 455978

A Prefeitura Municipal de Mandirituba-PR, torna público que, de acordo com a Lei Federal 8.666/1993 e 10.520/2002, Lei Complementar Federal 123/2006, Decretos Federais 3.555/2000, 10.024/2019 e Decretos Municipais 1038/2007, e 943/2021 e respectivas alterações e demais legislação correlata avisa aos interessados que fará realizar abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item que tem por OBJETO: AQUISIÇÃO DE 2 (DOIS) VEÍCULOS TIPO AMBULÂNCIA E 1 (UM) VEÍCULO TIPO VAN EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO Nº 933/2021 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ SESA. Abertura das propostas e Recebimento dos lances: a partir das 09h00min do dia 12 de Abril de 2023. Valor Máximo: R\$ 1.095.916,66 (Hum milhão noventa e cinco mil novecentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos). O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, em dias úteis, ser visualizado na íntegra no site: www.mandirituba.pr.gov.br, www.comprasgovernamentais.gov.br ou fornecido por solicitação ao e-mail: licitacoes@mandirituba.pr.gov.br. Maiores informações pelo Fone: (41) 36261122 Ramal 224. Luís Antonio Biscaia - Prefeito Municipal

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR



CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 22/2023 – GMS/FUNDEPAR

PROTOCOLO Nº 19.400.339-0. OBJETO: construção da Unidade Nova Escolar Colégio Estadual Agrícola Vila Progresso, no Município de Goioerê/PR. DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 03 de maio de 2023, às 09:30 (nove horas e trinta minutos) no Auditório do INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, situado à Rua dos Funcionários, 1323, esquina com Rua Recife, Cabral - 80.035-050 - Curitiba - Paraná. VALOR MÁXIMO: R\$ 24.926.083,01 (vinte e quatro milhões, novecentos e vinte e seis mil, oitenta e três reais e um centavo), RETIRADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES: à disposição no portal www.comprasparana.pr.gov.br no link: Licitações ao vivo. Informações: (41) 3250-8286 ou (41) 3250-8302. DATA: 24/03/2023. Comissão Permanente de Licitação.



MINISTÉRIO DA FAZENDA



AVISO DE VENDA

Leilão Público nº 0093/2023/33.0369-PR

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CEPAT- CN Patrimônio e Bens de Terceiros, torna público aos interessados que licitará pela maior oferta e por meio de propostas, lotes dados em garantia de contratos de Penhor, podendo conter, em conjunto ou isoladamente, joias, relógios, canetas, moedas, barras de ouro e demais objetos, vinculados a contratos de Penhor emitidos na(s) agência(s) COMENDADOR, PR, CARLOS GOMES, PR, BARAO DO SERRO AZUL, PR, BACACHERI, PR, CRISTO REI, PR, MARECHAL DEODORO, PR, MERCES, PR, RUA DAS FLORES, PR, ARAUCARIA, PR, CAMPO LARGO, PR, GUARAPUAVA, PR, PARANAGUA, PR, PONTA GROSSA, PR, SAO JOSE DOS PINHAIS, PR, UNIAO DA VITORIA, PR, TELEMACO BORBA, PR, JUVUVE, PR, VILA HAUER, PR, SEMINARIO, PR, BATEL, PR, BIGORRILHO, PR, CURITIBA, PR, JOAO NEGRAO, PR, BAIRRO REBOUCAS, PR, NOVA ORLEANS, PR, AV BRASILIA, PR, NOVO MUNDO, PR, ECOVILLE, PR, PINHAIS, PR, vencidos há mais de 30 dias. O Edital de Leilão, contendo as condições para habilitação, valores, prazos e demais disposições regulamentares do qual é parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 06/04/2023 a 27/04/2023, em horário bancário, na(s) a página da CAIXA na Internet <https://vitrinedejojias.caixa.gov.br>. A exibição das imagens dos lotes ocorrerá no(s) dia(s) 24/04/2023 a 27/04/2023, no site da CAIXA na internet, no endereço <https://vitrinedejojias.caixa.gov.br>. As propostas são efetuadas nos terminais de autoatendimento localizados em qualquer agência da CAIXA, no(s) dia(s) 27/04/2023, horário de funcionamento da agência. A divulgação do resultado da Licitação será efetuada no dia 28/04/2023, em primeira chamada, e no(s) dia(s) 04/05/2023, para as demais convocatórias, nos mesmos locais onde foi divulgado o Edital de Leilão e na página da CAIXA na Internet, no endereço <https://vitrinedejojias.caixa.gov.br>, opção Resultados. São Paulo, 28 de fevereiro de 2023. A COMISSÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO



AVISO DE LICITAÇÃO Nº 011/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2023 – SME

OBJETO: Aquisição de eletroeletrônicos e eletrodomésticos, pelo sistema de registro de preço, pelo período de 12 (doze) meses, para atender a Secretaria Municipal da Educação.
DATA/HORÁRIO ENVIO DE PROPOSTAS: 12 de abril de 2023 das 08h30 às 09h30.
DATA/HORÁRIO ENVIO DE LANCES: 12 de abril de 2023 das 09h35 às 10h05.
O EDITAL está à disposição dos interessados no portal de compras: www.e-compras.curitiba.pr.gov.br
Informações, contatar pelos fones: (0xx41) 3350-9867, 3350-9588 e 3350-3009.

Talitha Shara Miquelasso
Pregoeira

PROJUDI - Processo: 0008332-68.2016.8.16.0035 - Ref. mov. 1338.1 - Assinado digitalmente por Adrianna Correa dos Santos Artin 10/02/2023. EXPEDIÇÃO DE EDITAL/CITACÃO. Arq: Edital



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
3ª VARA CÍVEL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PROJUDI
Rua João Ângelo Cordeiro, s/n - Centro - São José dos Pinhais/PR - CEP: 83.005-570 - Fone: (41)3434-8412 - E-mail: sj3civel@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO DE JORGE SUSUMO SEINO E JOSÉ CARLOS BETHENHEUSER. PRAZO DE 30 DIAS.

A DOUTORA ADRIANNA CORREA DOS SANTOS ARTIN, MERITÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI.

FAZ SABER, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, de que por este Juízo e Secretaria da 3ª Vara Cível do Foro Regional de São José dos Pinhais/PR, tramita a AÇÃO DE DEMARCAÇÃO/DIVISÃO, sob nº 0008332-68.2016.8.16.0035, proposta por Jose Altino Gabriel e Eunice Carvalho Gabriel em face de Francisca Ferreira Barbosa e outros. Informa a inicial, resumidamente, que tem por objeto o pedido de extinção do condomínio e divisão das terras do imóvel descrito na matrícula 39.352 do Registro Geral de Imóveis de São José dos Pinhais constituindo aos autores o quinhão certo e determinado e consequente abertura de nova matrícula no Registro de Imóveis, adquirido em 10 de fevereiro de 1993, constituído por uma fração ideal de 48.400m² (ou 02 alqueires) nos quais constam como coproprietários os requeridos na demanda. Ficam os requeridos JORGE SUSUMO SEINO, inscrito no CPF sob nº 535.946.499-20 e JOSÉ CARLOS BETHENHEUSER, com qualificação ignorada, por estarem em local incerto e não sabido, devidamente CITADOS para, querendo, oferecerem resposta no prazo legal de 15 (quinze) dias (CPC, art. 576), observando-se que não sendo contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial pela parte autora (CPC/2015, art. 344). Não sendo contestada a ação será nomeado curador especial. Ainda, que a presente citação valerá para todos os atos do processo e os requeridos da presente ação somente serão intimados dos atos processuais seguintes se atenderem a esta citação. OBSERVAÇÃO: O acesso ao conteúdo integral do mencionado processo, bem como a realização de atos processuais pela parte interessada ocorrerá exclusivamente pelo sistema eletrônico PROJUDI, disponível em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/>, mediante a habilitação do respectivo advogado, nos termos da Lei 11.419/2006 (C.N. Art. 165), sendo que o conteúdo integral da petição inicial e documentos estão disponíveis em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Consulta via Chave de Validação (PJ8V3 L67J5 RT4JC JXP6B - PJXNS F5FDC F69R3 3H5NR - PJDTD FUQSC SN6FT Q693Y - PJTYD P55H8 9T4CP EQFSU - PJTR7 BYRGS UVQF4 QXKPB - PJVAX 9P306 JYGR8 B6XUY - PJSQM LDM2Y NSVJW JEQ6B - PJLGB EEFHY VMR34 R3WZB - PJDRW YHYSU YWESS D55L3), haja vista a impossibilidade de publicação de imagem no Diário Oficial de Justiça. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Jacques Aurelio Polli Dias, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

São José dos Pinhais, 07 de fevereiro de 2023.

ADRIANNA CORREA DOS SANTOS ARTIN
Juíza de Direito

SITA - TRANSPORTE DE CARGAS S/A
CNPJ N.º 78.759.701/0001-04**AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos que se acham à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa, situada na Rodovia Curitiba – Ponta Grossa, BR 277, km 0, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022.

Curitiba, 27 de março de 2023.
Diretoria**SIRAMA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA**
CNPJ N.º 76.710.318/0001-28**AVISO AOS SÓCIOS**

Comunicamos que se acham à disposição dos Senhores Sócios, na sede social da empresa, situada na Rodovia Curitiba – Ponta Grossa, BR 277, km 0, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), os documentos a que se refere o Artigo 1078, §1º, da Lei n.º 10.406/2002, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022.

Curitiba, 27 de março de 2023.

Administradores

CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ
CNPJ N.º 76.630.573/0001-60**AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos que se acham à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa, situada na Rodovia Curitiba – Ponta Grossa, BR 277, km 0, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022.

Curitiba, 27 de março de 2023.

Diretoria

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA – PARANÁ
SELEÇÃO DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – EFPC N.º 01/2022

Art. 1º - A Comissão Permanente de Licitação do Município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, no uso das atribuições TORNA PÚBLICO, a retificação do resultado da análise e julgamento das propostas técnicas, bem como a ordem de classificação de e entidade vencedora do processo de SELEÇÃO DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – EFPC N.º 01/2022.

- 1º colocado: colocado: FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDENCIA – 342,33 pontos;
2º colocado: FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL – 334,00 pontos;
3º colocado: BB-PREVIDENCIA FUNDO DE PENSÃO BANCO DO BRASIL – 329,00 pontos;
4º colocado: ICATU FUNDO MULTIPATROCINADO – 325,33 pontos;
5º colocado: FUNDAÇÃO SANEPAR DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL – 314,00 pontos;
6º colocado: FIPECQ-FUNDAÇÃO DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPQ, DO INPE E DO INPA – 302,33 pontos;
7º colocado: FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL ELETROCEEE – 300,67 pontos;
8º colocado: CAIXA DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE – 277,00 pontos;
9º colocado: MUTUOPREV - ENTIDADE DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR – 229,00 pontos;
9º colocado: PREVCOM - FUNDO DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO – 229,00 pontos;
10º colocado: MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO – 0 pontos.

Art. 2º - Determina a abertura do prazo de 05 (cinco) dias uteis para interposição de recursos, relativos a este ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.**Telêmaco Borba - PR, 27 de março de 2023.****Marciano Moleta****Comissão Permanente de Licitação****Rumo S.A.**CNPJ n.º 02.387.241/0001-60 - NIRE 41.300.019.886/CVM n.º 17450
Companhia Aberta**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2023**

O Conselho de Administração da Rumo S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Rua Emílio Bertolini, n.º 100, sala 1, Vila das Oficinas, CEP: 82.920-030, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41.300.019.886, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.387.241/0001-60, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A", sob o código n.º 17450 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e da Resolução CVM n.º 81, de 22 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81/22"), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 19 de abril de 2023, às 10h00, de forma de exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: A. Em Assembleia Geral Ordinária: (i) As contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) Proposta dos administradores para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (iii) Fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) Ocupação dos cargos de membros independentes do Conselho de Administração; (v) Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração; (vi) Indicação do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; (vii) Fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia; (viii) Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; (ix) Indicação do Presidente do Conselho Fiscal; (x) Fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023; e (xi) Fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2023; B. Em Assembleia Geral Extraordinária: (xii) Alterações na redação dos artigos 14, 26 e 31 do Estatuto Social da Companhia, bem como a supressão do parágrafo único do Artigo 26 e do Artigo 47; (xiii) Em decorrência da deliberação (xii) acima, aprovar a alteração e a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e na página eletrônica da Companhia na rede mundial de computadores (<http://ri.rumo.com>), tendo sido enviados também à CVM (www.cvm.gov.br) e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). A Companhia disponibilizará um sistema eletrônico de participação remota que permitirá que os acionistas participem da Assembleia Geral sem a necessidade de se fazerem presentes fisicamente (assembleia exclusivamente digital). Para participação será exigida a apresentação dos documentos relacionados abaixo, de acordo com a forma de participação escolhida pelo acionista, que poderá optar por participar (i) por meio da plataforma eletrônica TEN MEETINGS ("Plataforma Digital" ou "Ten Meetings") pessoalmente ou por meio de procurador, conforme detalhado abaixo; ou (ii) por meio de envio do Boletim de Voto a Distância, nos termos da Resolução CVM 81/22 ("Boletim de Voto a Distância" ou "Boletim"). Conforme dispõe o artigo 5º, § 3º, da Resolução CVM 81/22, a Assembleia Geral será considerada como realizada na sede social da Companhia. A versão integral deste Edital de Convocação encontra-se disponível na página do Jornal Bem Paraná na rede mundial de computadores, no endereço: <https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/formato/digital/>, conforme artigo 289, da Lei das S.A.. A ata da Assembleia Geral será lida no final da reunião. Curitiba, 20 de março de 2023. **Rubens Ometto Silveira Mello** - Presidente do Conselho de Administração.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES**PREGÃO ELETRÔNICO n.º 11/2023 - TIPO: MENOR PREÇO**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE BENS DE NATUREZA PERMANENTE (POLTRONAS E CADEIRAS) PARA AS DIVERSAS UNIDADES JUDICIÁRIAS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ.

Data início acolhimento das propostas: 29/03/2023**Data limite acolhimento propostas:** 18/04/2023 às 13:30 h (horário de Brasília/DF)**Data abertura das propostas:** 18/04/2023 às 13:30 h (horário de Brasília/DF)**Início da fase de lances:** 18/04/2023 às 14:00 h (horário de Brasília/DF)

Local de abertura: o recebimento das propostas e documentos de habilitação se dará exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <http://www.licitacoes-e.com.br>, conforme datas e horários definidos acima.

-A íntegra do edital estará à disposição das empresas interessadas nos endereços eletrônicos: <https://www.tjpr.jus.br/editais> ou www.licitacoes-e.com.br (nome do comprador "Paraná Tribunal de Justiça"). Além disso, poderá ser solicitado através do endereço de e-mail licit@tjpr.jus.br. Informações complementares serão fornecidas pela Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio, Rua Álvaro Ramos, n.º 157, 4º andar, Curitiba PR, fone n.º (41) 3250-6541 e 3250-6542.

Curitiba, 27 de março de 2023.

MARIANA DA COSTA TURRA BRANDÃO
Diretora do Departamento do Patrimônio**CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

Fundada em 09/12/1954 e declarada de Utilidade Pública pela Lei Estadual n.º 2779, de 10/07/1956.

SEDE PRÓPRIA: Rua Augusto Severo, 1051- FONE: 3223-9027 - CGC 76.706.423/0001-93
CURITIBA – PARANÁ**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÕES**

Em Nome da Diretoria Executiva da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – CABENFALE, com fundamento no artigo 45 do Estatuto Social, levo ao conhecimento dos senhores sócios, que foi designada a data vinte e oito (28) de abril (04) de dois mil e vinte e três (2023), com início as dez (10h00min) horas e encerramento as dezesseis (16h00min) horas, no recinto da Sede Administrativa da CABENFALE – Rua Augusto Severo, 1051 – Alto da Glória, eleição para os cargos do Conselho Deliberativo e Fiscal da CABENFALE. Comunica ainda, que a referida eleição será dirigida por uma Comissão Eleitoral, constituída pelos seguintes membros:

Wilson Kaiel (Presidente)
Antonio Lacerda Braga Neto (Secretário)
Edison Heibel (Suplente)

Curitiba, 28 de março de 2023.

MARCOS UNIGA
Presidente**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA**
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA
EDITAL N.º 11/2023 – CONCURSO PÚBLICO (EXTRATO) – DRH/SEAP

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital, que estabelece as instruções especiais para a realização do Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de 1.256 (um mil, duzentos e cinquenta e seis) vagas para o cargo de Professor, sendo 1.109 (um mil, cento e nove) vagas para docência dos Componentes Curriculares da Matriz e 147 (cento e quarenta e sete) vagas para Pedagogo, do Quadro Próprio do Magistério – QPM, da Secretaria de Estado da Educação – SEED.

1. As inscrições para o concurso público poderão ser realizadas pela Internet, através do site do IBFC www.ibfc.org.br, na aba "Inscrição e 2ª via do Boletim" e estarão abertas no período das 10h do dia 10/04/2023 até às 23h do dia 09/05/2023, sendo o dia 10/05/2023 o último dia para o pagamento.

2. O Texto integral do Edital deste concurso público e seus Anexos poderão ser retirados pelo candidato, no www.ibfc.org.br, por download do arquivo.

Curitiba/PR, 22 de março de 2023.

Diretora de Recursos Humanos e Previdência**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS**
ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE ABERTURA DO CERTAME****PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**
N.º 024/2023 – PMM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE APARELHOS E FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE WIRELESS (SEM FIO)

A Pregoeira designada sob Decreto n.º 1780/2023 de 09/01/2023, no uso de suas atribuições legais, torna público a todas as empresas interessadas em participar do certame, a **ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE ABERTURA**, constante no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 024/2023 – PMM**, que prevê a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE APARELHOS E FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE WIRELESS (SEM FIO), sendo que a data de realização será da seguinte forma:

TÉRMINO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA: Dia 28/03/2023, até às 13h30min.**INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES:** Dia 28/03/2023, às 14h00min.

Matinhos, 27 de março de 2023.

Janete de Fátima Schmitz
Pregoeira**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS**
ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE ABERTURA DO CERTAME****PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**
N.º 027/2023 – PMM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2023

A Pregoeira designada sob Decreto n.º 1780/2023 de 09/01/2023, no uso de suas atribuições legais, torna público a todas as empresas interessadas em participar do certame, a **ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE ABERTURA**, constante no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 027/2023 – PMM**, que prevê a AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2023, sendo que a data de realização será da seguinte forma:

TÉRMINO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA: Dia 03/04/2023, até às 13h30min.**INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES:** Dia 03/04/2023, às 14h00min.

Matinhos, 27 de março de 2023.

Janete de Fátima Schmitz
Pregoeira



KLABIN PARANAGUÁ SPE S.A.

CNPJ nº 35.703.702/0001-16



Demonstrações Financeiras 2022

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
	Nota explicativa	31/12/2022		31/12/2021		Nota explicativa	31/12/2022		31/12/2021	
Ativo/Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	3	28.809	56.303							
Contas a receber - partes relacionadas	4	1.740	-							
Tributos a recuperar		1.222	298							
Outros ativos		697	230							
		32.468	56.831							
Não circulante										
Contas a receber - partes relacionadas		16	-							
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	10	710	-							
Direito de uso de ativos	5	17.908	-							
Intangíveis	6	198.890	109.337							
Outros ativos		335	53							
		217.859	109.390							
Total do ativo		250.327	166.221							
Passivo e Patrimônio Líquido/circulante										
Fornecedores	7	4.446	5.513							
Obrigação com poder concedente	6	1.625	2.782							
Passivos de arrendamentos	5	2.586	-							
Obrigações fiscais		277	363							
Obrigações sociais e trabalhistas		180	381							
Provisão para imposto de renda e contribuição social	10	871	418							
Contas a pagar - partes relacionadas	4	16	-							
Outros passivos	8	1.499	-							
		11.500	9.457							
Não circulante										
Contas a pagar - partes relacionadas	4	13	804							
Obrigação com poder concedente	6	59.331	54.177							
Passivos de arrendamentos	5	15.375	-							
		74.719	54.981							
Total do passivo Patrimônio líquido	11	86.219	64.438							
Capital social		162.016	100.016							
Reserva de lucro		2.092	1.767							
		164.108	101.783							
Total do passivo e patrimônio líquido		250.327	166.221							

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Reservas de Lucros				Lucros Acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimento e capital de giro			
Em 31 de dezembro de 2020	20.000	3	57	-	-	20.060
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.723	1.723	-
Dividendos integralizados com capital	16	-	(16)	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	80.000	-	-	-	-	80.000
Constituição de reserva legal	-	86	-	(86)	-	-
Dividendos propostos	-	-	409	(409)	-	-
Constituição de reserva de investimento e capital de giro	-	-	1.228	(1.228)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	100.016	89	1.678	-	-	101.783
Lucro líquido do exercício	-	-	-	325	325	-
Aporte de capital	62.000	-	-	-	-	62.000
Capital a integralizar	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro do exercício:						
Constituição de reserva legal	-	16	-	(16)	-	-
Dividendos propostos	-	-	77	(77)	-	-
Constituição de reserva de investimento e capital de giro	-	-	232	(232)	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	162.016	105	1.987	-	-	164.108

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Klabin Paranaguá SPE S.A. ("Paranaguá" ou "Companhia") foi constituída sob forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE) em 31 de outubro de 2019 com o objetivo único e exclusivo para a exploração do arrendamento das áreas do Porto Organizado de Paranaguá, denominada PAR1, para realização de atividades desembarque (recepção, movimentação, armazenagem e expedição) e embarque (recepção, movimentação, armazenagem e embarque) de carga em geral, especialmente papel e celulose nos termos do Contrato de Arrendamento nº 2 de 2020 celebrado em 06 de maio de 2020 entre Klabin Paranaguá SPE S.A. e o Ministério da Infraestrutura com a Interveniência da Agência Nacional de Transporte Aquaviário - ANTAQ. O arrendamento decorreu do Leilão nº 3 de 2019 promovido pela Agência Nacional de Transporte Aquaviário - ANTAQ cujo terreno com 27.530 m² foi recebida através do Termo de Aceitação Provisória e Permissão de Uso de Ativos referentes ao Contrato de Arrendamento nº 02/2020-ANTAQ, datado de 21 de junho de 2021. A área recebida, constituída de terreno, a partir do Termo de Aceitação Provisória tiveram suas principais obras finalizadas e onde foram implantados as edificações e os equipamentos, estabelecidos no Plano Básico de Implantação, necessários ao desenvolvimento das atividades objeto do arrendamento com prazo contratual de 25 anos com possibilidades de prorrogações, em havendo interesse e manifestação expressa 60 meses antes do término, ficando a prorrogação a exclusivo critério do Poder Concedente e até o limite máximo de 70 anos a partir da vigência original. Foi finalizada a construção do armazém com área de 21.860 m² e o processo de compra dos equipamentos necessários foram efetuados ao longo de 2022. Restam algumas obras e condicionantes complementares que serão efetuadas nos primeiros anos de operação. Considerando que os investimentos já realizados e estrutura física permitem a operação e possibilitam ao Porto Organizado de Paranaguá atender a demanda de exportação de celulose da sua região de influência, a Klabin Paranaguá deu início às atividades objeto do contrato de arrendamento no mês de dezembro de 2022. Adicionalmente a administração da Companhia confirma que ocorreu o atendimento das obrigações fixadas pelo contrato de arrendamento como condicionantes e publicação do Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 48, de 18 de novembro de 2022, divulgado no Diário Oficial da União em 24 de novembro de 2022, referente ao Alfandegamento de Instalação Portuária. Localizado na zona primária do porto, o novo terminal atenderá o aumento dos volumes previstos na Klabin S.A., controladora integral da Companhia, para exportação de papel e celulose nas unidades da região, com capacidade estática de armazenamento de 60 mil t e movimentação mínima contratual exigida de 532,5 mil t anual. A iniciativa verticaliza a operação e permitirá o transporte dos produtos de exportação diretamente das unidades da Klabin S.A para o terminal marítimo, integralmente por trajeto ferroviário, e com essa condição permitindo atingir índices de produtividade de excelência mundial e garantir alta competitividade. O contrato de concessão tem prazo de 25 anos, com data final pré-estabelecida em 31 de junho de 2046. **1.1. Declaração de conformidade:** A emissão dessas demonstrações financeiras da Klabin Paranaguá SPE S.A. pela diretoria financeira e autorizada para emissão em 21 de março de 2022. A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade. Enquanto não ocorrer o equilíbrio financeiro das operações, a Administração conta com o suporte financeiro do acionista, razão pela qual conclui pela elaboração dessas demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade operacional. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: A Companhia apresenta as demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas abaixo ou apresentadas nas próprias notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Reapresentação das cifras comparativas:** O montante de obrigação com poder concedente apresentado anteriormente como "Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento" foi reclassificado para o grupo de "Variações nos ativos e passivos operacionais" não havendo impacto no saldo final de caixa e equivalentes.

	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021
Variações nos ativos e passivos operacionais			reapresentado
Obrigação com poder Concedente	(1.324)	(1.324)	

Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento

Obrigação com poder Concedente	(1.324)	1.324	-
--------------------------------	---------	-------	---

2.3. Sumário das principais práticas contábeis adotadas: a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

b) Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas: Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos, e no registro das receitas e despesas do exercício. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração é elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do suporte formal de especialistas, quando aplicável. Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais. Os itens significativos sujeitos ao julgamento está relacionado com o apoio do acionista na condução dos planos de negócio até o equilíbrio financeiro do negócio e, em relação às estimativas, está o reconhecimento inicial dos passivo oriundo da obrigação com poder Concedente (passivo de arrendamento e correspondente ativo intangível direito de uso do ativo) decorrente de contrato de arrendamento ao valor justo, apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado (Nota 4); **2.4. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações:** Durante o exercício de 2022 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) as revisões das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2022:

Pronunciamento	Alteração/Aprimoramento	Vigência
Alteração ao IAS 16/CPC 27 - Ativo Imobilizado	A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.	a partir de 1º de janeiro de 2023
Alteração ao IAS 37/CPC 25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.	a partir de 1º de janeiro de 2023
Alteração ao IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios	Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.	a partir de 1º de janeiro de 2024
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.	a partir de 1º de janeiro de 2023
IFRS 16/CPC 06 - Arrendamentos	Remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.	a partir de 1º de janeiro de 2023
IAS 41/CP 29 - Ativos Biológicos	As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação. Adicionalmente, o IASB (International Accounting Standards) trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo:	a partir de 1º de janeiro de 2023
IAS 1 - Presentation of Financial Statements/IFRS - Practice Statements	Divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las.	a partir de 1º de janeiro de 2023
IAS 1 - Presentation of Financial Statements/IFRS - Practice Statements	Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial.	a partir de 1º de janeiro de 2024
IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors	Esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.	a partir de 1º de janeiro de 2023
IFRS 17 - Insurance Contracts	Norma não aplicável para a Companhia. Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, obrigações de descomissionamento e restauração.	a partir de 1º de janeiro de 2023
IAS 12 - Tributos sobre o Lucro	Adição de uma nova seção sobre o tratamento de tributos diferidos em operações de arrendamento.	a partir de 1º de janeiro de 2023

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa líquido de atividades operacionais	19.000	1.491
Caixa gerado nas operações	207	1.723
Lucro líquido do exercício	325	1.723
Amortização do direito de uso	260	-
Provisão de juros de arrendamento	116	-
Amortização da concessão	216	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(710)	-
Variações nos ativos e passivos operacionais	18.793	(232)
Contas a receber - partes relacionadas	(1.756)	-
Outros ativos	(749)	(170)
Tributos a recuperar	(924)	(264)
Fornecedores	(1.067)	-
Obrigação com poder concedente (ii)	4.231	(1.324)
Contas a pagar - partes relacionadas	(775)	631
Obrigações fiscais	(143)	306
Obrigações sociais e trabalhistas	(201)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	510	307
Outros passivos	19.667	282
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(107.937)	(32.246)
Intangíveis em andamento	(80.140)	(32.246)
Adição de concessão	(9.629)	-
Direito de uso de arrendamento	(18.168)	-
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento	61.443	80.000
Pagamento obrigação poder concedente	(234)	-
Aumento de capital	44.000	-
Aporte caixa proveniente de AFAC (i)	18.000	80.000
Pagamento de passivos de arrendamentos	(323)	-
Acrescimo (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(27.494)	49.245
Saldo inicial de caixa e equivalentes	56.303	7.058
Saldo final de caixa e equivalentes	28.809	56.303
(i) AFAC = Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
(ii) Vide nota explicativa 2.		

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	6	1
Aplicações em moeda nacional	28.803	56.302
Total	28.809	56.303

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras compreendem Fundo de Renda Fixa Referenciado DI com rentabilidade média de remuneração anual de 99,41% do CDI (108% do CDI em 31 de dezembro de 2021). **Prática contábil:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, os quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4. PARTES RELACIONADAS

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber/resultado		
Klabin S.A.	(i) 1.756	1.492
Contas a pagar/resultado		
Klabin S.A.	(ii) 29	804

(i) Serviço de recepção, armazenagem e movimentação prestados pela Klabin S.A.
(ii) Serviços administrativos cobrados pela Klabin S.A.

5. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

5.1. Premissas para o reconhecimento: O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício/período na linha competente à sua natureza ("Custo dos serviços prestados"/"Despesas Administrativas"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro". A depreciação do ativo de direito de uso é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato. A Companhia reconhece seu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas: (i) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia avaliou os aspectos de renovação em sua metodologia e por não identificar aspectos de renovação optou por não considerar as renovações dos contratos, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas. (ii) Contratos que envolvam o uso de ativos subjacentes de baixo valor. (iii) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato. (iv) Inclusão dos impostos recuperáveis na definição das contraprestações assumidas dos contratos em que seja aplicável. (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo. (vi) A taxa incremental de financiamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi calculada com base nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade da Companhia. As taxas para as operações de arrendamento de máquinas e equipamentos para contratos firmados no exercício de 2022 foi de 7,93% ao ano; (vii) A remuneração para refletir qualquer reavaliação ou modificação do arrendamento será feita no mês de aniversário de um ano de cada contrato (reset), na qual a Companhia avaliará a necessidade de reajustes nos pagamentos mensais e anuais e, caso aplicável, os reajustes serão realizados no ativo contra o passivo de arrendamentos. As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2022 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos relacionados à separação de componentes nos contratos de arrendamento, assim como não existem impactos sobre os custos diretos iniciais atrelados aos contratos na mensuração do ativo.

continua →



KLABIN PARANAGUÁ SPE S.A.

CNPJ nº 35.703.702/0001-16



Demonstrações Financeiras 2022

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.2. Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos: A Companhia possui 1 contrato de máquinas e equipamentos arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

	31/12/2021	Amortização	Adições	31/12/2022
Direito de uso dos ativos	—	(259)	18.167	17.908
Máquinas e equipamentos	—	(259)	18.167	17.908
Total no ativo	—	—	—	—
Passivos dos arrendamentos	31/12/2021	Encargos	Paga-	Transf. 31/12/2022
Passivo circulante	—	116	(323)	2.570
Passivo não circulante	—	—	—	223
Total no passivo	—	116	(323)	2.793

Prática contábil: De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, os direitos de uso de ativos e passivos de arrendamentos correspondem a contratos de arrendamentos de máquinas, equipamentos, superiores a 12 meses, de valor substancial e uso exclusivo. O reconhecimento é feito pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício, na linha competente à sua natureza ("Custo dos serviços prestados"/"Despesas Administrativas"). As despesas de juros, correspondentes à amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos são alocadas no "Resultado financeiro".

6. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis da Companhia são construídos em decorrência do contrato de concessão e registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos com a implementação de infraestrutura. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a certos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão será reconhecida no resultado pelo período de concessão, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Representa os custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão da ANTAQ. O cálculo da parcela mensal, do consumo da infraestrutura, considerando os benefícios econômicos operados, será reconhecido no resultado como amortização quando da entrada em operação.

	Intangíveis Andamento (6.1)	Contratos de Concessão (6.2)	Total
Saldos em 31/12/2020	15.097	—	15.097
Adições	37.281	56.959	94.240
Saldos em 31/12/2021	52.378	56.959	109.337
Adições	80.140	9.629	89.769
Baixas	—	—	—
Amortização	—	(216)	(216)
Saldos em 31/12/2022	132.518	66.372	198.890

6.1 Intangíveis em andamento: As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2022 referem-se aos valores desembolsados nas obras civis e outros equipamentos necessários à operação nos termos do contrato de concessão. Parte destes bens necessários para a operação serão revertidos ao Poder Concedente ao final do contrato. Com o início das operações no Porto, as amortizações começaram a ser realizadas de acordo com a vida útil dos bens e/ou pelo prazo contratual.

6.2. Contratos de Concessão - Direito de Uso e Exploração: A Companhia reconheceu no ativo intangível as parcelas dos arrendamentos, outorga e as parcelas de MME ("movimentação mínima exigida") do contrato de arrendamento, e iniciaram as amortizações, no início das operações, pelo prazo do contrato de arrendamento. O contrato de concessão tem prazo de 25 anos, com data final preestabelecida em 31 de junho de 2046. O contrato de concessão será reajustado anualmente no mês de maio pela variação do índice IPCA referenciado a junho de 2016, conforme previsto no contrato. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado foi de 5,72%. Nessa mesma data os saldos, reconhecidos no balanço patrimonial do direito de uso e exploração são:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Intangível - Direito de Uso e Exploração	60.956	56.959
Total do ativo	60.956	56.959
Passivo - Obrigação com poder Concedente	(112.408)	(100.912)
(-) AVP Passivo - Obrigação com poder Concedente	51.452	43.953
Total do passivo	(60.956)	(56.959)

O contrato de concessão representa o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. **Prática contábil:** A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão será reconhecida no resultado pelo método linear estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

7. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 4.446 (R\$ 5.513 em 31 de dezembro de 2021), referente aos serviços de construção e ou aquisição de equipamentos prediais ou de operação. **Prática contábil:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das obras em andamento.

8. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui um saldo de outros passivos no valor de R\$ 1.499. Esses valores são imaterialmente pulverizados e estão relacionados a sinistros, insumos e serviços relacionados a operação do Porto.

9. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro de R\$ 3.388 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.580 em 31 de dezembro de 2021) se refere à rendimentos de aplicação financeira líquido do IOF. **Prática contábil:** As despesas são registradas observando-se o princípio de competência do exercício/período.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

10.1. Regime de tributação Lucro real: Para o exercício de 2022, a Companhia se enquadrou no regime de Lucro Real, onde o Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro:

	31/12/2022
Imposto de renda	634
Contribuição social	237
Total passivo	871

b) Imposto de renda e contribuição social diferido:

	31/12/2022
Provisões não dedutíveis	202
Direito de uso (IFRS 16)	7.656
Outras diferenças temporárias	490
Ativo não circulante	8.348
Passivo de arrendamento (IFRS 16)	(7.638)
Passivo não circulante	(7.638)
Saldo líquido no balanço - ativo/passivo	710

c) Composição do imposto de renda e da contribuição social do resultado:

	31/12/2022
Resultado antes do IR e CS	542
Alíquota fiscal combinada	34%
(Despesa)/Receita de tributos à alíquota nominal	(184)
IR e CS de exercícios anteriores	(57)
Parcela isenta do adicional de 10%	24
IR e CS no resultado	(217)
Corrente	(927)
Diferido	710
Alíquota Efetiva	40,04%

10.2. Regime de tributação Lucro presumido: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adotava o regime de tributação com base no lucro presumido. A base do lucro tributável é definida sobre 8% e 12% da receita de vendas para imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) respectivamente, e 100% das receitas financeiras. Sobre essas bases são aplicados os mesmos percentuais de IR e CS que se aplicam sobre o lucro real. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente pode ser assim demonstrada:

	31/12/2021
Imposto de renda	306
Contribuição social	112
Total passivo	418

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social do resultado:

	31/12/2021
Receita bruta de vendas	—
(-) Devoluções	—
Receita operacional	—
Percentual de presunção	8% 12%
Base de cálculo - imposto de renda e contribuição social	—
Rendimentos financeiros e outros	2.581
Base de cálculo - após acréscimos	2.581
% de tributos	15% 9%
Tributo calculado sem adicional	387
Base de cálculo do adicional 10% do IR	2.381
% do adicional de IR	10% —
Tributo calculado com adicional	238
Despesa de imposto de renda e contribuição social	625

Prática contábil: De acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (IAS 12 - Income Taxes), a Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, com base no lucro tributável do exercício, mediante aplicação das alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Conforme facultado pela legislação tributária no Brasil, certas controladas optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro estimado apurado à razão de 8% e 12% sobre as receitas brutas, sobre o qual se aplica as alíquotas nominais respectivamente. O IRPJ e a CSLL diferidos são mensurados sobre as diferenças temporárias de cada exercício, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo os saldos de prejuízo fiscal e a base negativa de CSLL, quando aplicável. O IRPJ e CSLL correntes e diferidos são reconhecidos no resultado da Companhia, exceto quando correspondem a itens registrados em "ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. A recuperabilidade do IRPJ diferido ativo é revisada anualmente, tendo seu reconhecimento contábil quando provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para essa recuperação. Os valores de IRPJ e CSLL diferidos, ativo e passivo, são lançados pelos montantes líquidos, no não

circulante apresentado nos balanços patrimoniais da controladora, líquido dos adiantamentos de impostos pagos durante o exercício, e no consolidado apenas quando aplicável. As controladas têm os seus tributos calculados e provisionados de acordo com a legislação de seu país e/ou seu regime tributário específico, incluindo, em alguns casos, o lucro presumido. A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do exercício é apresentada nos balanços patrimoniais, líquida dos adiantamentos de imposto pagos durante o exercício.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Durante os exercícios de 2022 e de 2021, foram aprovados por meio de reuniões extraordinárias, aumentos de capital subscritos e integrados pela Klabin S.A. (controladora) e adiantamentos para futuro aumento de capital. Em 31 de dezembro de 2022, a posição do capital social é de R\$ 162.016 divididos em 162.016.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Acionista	Tipo	Data	RS	Ações ordinárias	Preço unitário
Klabin S.A.	Aporte Inicial	18/10/2019	20.000	20.000.000	1,00
Klabin S.A.	Aumento de capital	30/04/2021	16	16.000	1,00
Klabin S.A.	Aumento de capital	17/05/2021	80.000	80.000.000	1,00
Klabin S.A.	AFAC	18/05/2022	44.000	44.000.000	1,00
Klabin S.A.	AFAC	21/11/2022	18.000	18.000.000	1,00
			162.016	162.016.000	—

b) Reserva Legal: A reserva legal é constituída pelo percentual de 5% do lucro líquido após a destinação da reserva de incentivos fiscais conforme estabelecido pelo Estatuto Social da Companhia. **c) Reserva de investimento e capital de giro:** Constituída por parcela variável de 5% a 35% do lucro líquido ajustado na forma da lei, observado o limite previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente. **d) Destinação dos lucros e dividendos:** Os dividendos representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia, que é distribuído aos acionistas a título de remuneração do capital investido nos exercícios sociais:

	2022	2021
(=) Lucro líquido do exercício	325	1.723
(-) Constituição de reserva legal	(16)	(86)
(-) Dividendos Propostos 25%	(77)	(409)
(-) Constituição de reserva investimento e capital de giro	(232)	(1.228)
(=) Lucro retido	—	—

12. CONTINGÊNCIAS FISCAIS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figurava no polo passivo em um processo classificado como perda possível. O auto de infração lavrado pela Prefeitura de Paranaguá visa a cobrança de ISS da Companhia, por contrato de empreitada global firmado com a empresa Certek Construtora, responsável pelas obras de expansão do novo terminal Portuário em Paranaguá e pelas subcontratações de serviços tomados, no período de julho a setembro de 2022. O valor total dessa ação em 31 de dezembro de 2022 é de aproximadamente R\$ 477.

13. SEGUROS

A apólice traz coberturas de seguros para riscos de engenharia e obras civis, conforme estabelecido no respectivo contrato de arrendamento. A contratação não isenta a Klabin e seus fornecedores em dar continuidade com todas as políticas de prevenção. Dessa forma, a Companhia entende que sua estrutura de gerenciamento dos riscos relacionados às atividades de construção da infraestrutura, estão adequadas para a atual fase do processo de arrendamento. Adicionalmente a Klabin Paranaguá SPE S.A. contratou seguro-garantia para garantir a execução do contrato de arrendamento conforme estabelecido.

Modalidade de seguro	Limite máximo de indenização (R\$ mil)				
RC Ambiental	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000
Riscos Operacionais	3.700.000	3.700.000	3.700.000	3.700.000	3.700.000
RC Portuário	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000
Seguro Garantia	74.222	74.222	74.222	74.222	74.222

14. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

De acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7 - Statement of Cash Flows) algumas atividades de investimento e de financiamento não têm impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afetem a estrutura de capital e de ativos da Companhia. A exclusão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa da demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente.

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Intangível - Direito de Uso e Exploração	(9.629)	(56.959)
Adições Intangível/Fornecedores	—	(3.711)
Obrigação com poder Concedente	3.997	—
Total	(5.632)	(60.670)

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Declaramos, na qualidade de diretores da Klabin Paranaguá SPE S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, na Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 4.580, sala 1, Bairro Embogaçu, CEP 283209-100, inscrita no CNPJ sob o nº 35.703.702/0001-16, que revimos, discutimos e concordamos com o conjunto das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 21 de março de 2023

DIRETORIA

Sandro Fabiano Ávila - Diretor

Herbert Wang Ho - Diretor

Ana Paula Marzano Cerqueira - Contadora - CRC 1SP204118/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Klabin Paranaguá SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Klabin Paranaguá SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Klabin Paranaguá SPE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de

auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP00160/O-5Renato Barbosa Postal
Contador - CRC 1SP187382/O-0

Serviço Registral de Imóveis CNS 08.197-6
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Foro Regional de Fazenda Rio Grande-PR
CNPJ nº 02.952.816/0001-40
Horário - 08h 30 as 17:00h
Bel. Hermas Eurides Brandão Junior
Agente Delegado

NOTIFICAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
COM PRAZO DE 15 DIAS

HERMAS EURIDES BRANDÃO JUNIOR, Oficial do Registro de Imóveis desta Comarca de Fazenda Rio Grande, no uso de suas atribuições, etc...

FAZ SABER a **AMAURI GONCALVES ANDRADE**, brasileiro, solteiro, coordenador de monitoramento, portador da CI nº 6.411.562-6-SSP/PR e do CPF/MF nº 004.286.519-09, residente e domiciliado na Rua Teresinha Ramos Ferreira, nº 55, no Bairro Cajuru, na Cidade de Curitiba-PR, que fica pelo presente Edital, **INTIMADO**, não sendo possível intimá-lo pessoalmente e sendo desconhecido pelo credor outros endereços, para fins de pagamentos de encargos, posicionado pelo **Ofício nº 3814/2023 - CESAV/BU** emitido pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** em 15/03/2023 corresponde a R\$ 5.415,52 (cinco mil e quatrocentos e quinze reais e cinquenta e dois centavos), e a atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e as despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período, decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Imóvel, Mútuo e Alienação Fiduciária em Garantia no Sistema Financeiro de Habitação - Carta de Crédito Individual FGTS/Programa Minha Casa Minha Vida - CFCGTS/PMCMV - SFH - Com Utilização do FGTS do(s) Devedor(es) - nº **8.444.0868211-7**, com caráter de Escritura Pública, na forma da lei, firmado nesta Cidade de **Fazenda Rio Grande-PR**, em 02 de abril de 2015, registrado sob o nº **R-3** na matrícula nº **43.984** desta Serventia, referente a **UNIDADE 03 (TIPO SOBRADO)**, integrante do **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL DONA ROSA**, situada nesta Cidade de **Fazenda Rio Grande**, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de **Fazenda Rio Grande-Paraná**, tendo 2 pavimentos, área total da construção de **66,00 m²**, que figura como credor(a) fiduciário(a) a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**.

Assim tendo expirado o prazo de carência, convenicionado ao contrato, para o procedimento de cobrança, fica **INTIMADO V.S.** para que se dirija a este Serviço de Registro de Imóveis, desta Comarca, a meu cargo, situado a Rua Castanheira, nº 528, 1º Andar - Ed. Branpar Office - Eucaliptos na Cidade de Fazenda Rio Grande-PR, no horário das 08h30min às 17h00min, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data da terceira e última publicação deste Edital. Fica ainda, **CIENTIFICADO V. S.**, de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Fazenda Rio Grande, 16 de março de 2023.

-FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO-
Escrivente Indicada (Port.12/21)

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinador por: **FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO**, em 27/03/2023 Consulta a autenticidade deste documento no nosso site: www.registrofgr.com.br
Código validador: **S114DTZBAB7**

Serviço Registral de Imóveis CNS 08.197-6
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Foro Regional de Fazenda Rio Grande-PR
CNPJ nº 02.952.816/0001-40
Horário - 08h 30 as 17:00h
Bel. Hermas Eurides Brandão Junior
Agente Delegado

NOTIFICAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
COM PRAZO DE 15 DIAS

HERMAS EURIDES BRANDÃO JUNIOR, Oficial do Registro de Imóveis desta Comarca de Fazenda Rio Grande, no uso de suas atribuições, etc...

FAZ SABER a **EMILY CRISTHYE VIEIRA**, pensionista, portadora da CI nº 11.116.043-0-SSP/PR e do CPF/MF nº 1123.215.029-08, solteira, com união estável desde 17/02/2019 com seu cônjuge **LUIZ EDUARDO DANTAS MACHADO**, auxiliar de produção, portador da CNH nº 06766105562, expedida por Órgão de Trânsito/PR, e do CPF/MF nº 052.058.399-02, ambos brasileiros, residentes e domiciliados na Rua Francisco Claudino Ferreira, nº 641, Md1, Bairro Pinheirinho, na Cidade de Curitiba-PR, que ficam pelo presente Edital, **INTIMADOS**, não sendo possível intimá-lo pessoalmente e sendo desconhecido pelo credor outros endereços, para fins de pagamentos de encargos, posicionado pelo **Ofício nº 4728/2023 - CESAV/BU** emitido pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** em 15/03/2023 corresponde a R\$ 5.978,56 (cinco mil e novecentos e setenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), e a atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e as despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período, decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Unidade Concluída, Mútuo e Alienação Fiduciária em Garantia - Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) - nº **8.7877.0656608-8**, com caráter de Escritura Pública, na forma da lei, firmado na Cidade de **Curitiba-PR**, em 18 de setembro de 2019, registrado sob o nº **R-6** na matrícula nº **51.749** desta Serventia, referente a **UNIDADE 37 (TIPO CASA)** integrante do **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ALICE TIEKO IV**, situado nesta Cidade de **Fazenda Rio Grande**, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de **Fazenda Rio Grande-Paraná**, com área total da construção de **43,00 m²**, que figura como credor(a) fiduciário(a) a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**.

Assim tendo expirado o prazo de carência, convenicionado ao contrato, para o procedimento de cobrança, fica **INTIMADO V.S.** para que se dirija a este Serviço de Registro de Imóveis, desta Comarca, a meu cargo, situado a Rua Castanheira, nº 528, 1º Andar - Ed. Branpar Office - Eucaliptos na Cidade de Fazenda Rio Grande-PR, no horário das 08h30min às 17h00min, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data da terceira e última publicação deste Edital. Fica ainda, **CIENTIFICADO V. S.**, de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Fazenda Rio Grande, 16 de março de 2023.

-FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO-
Escrivente Indicada (Port.12/21)

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinador por: **FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO**, em 27/03/2023 Consulta a autenticidade deste documento no nosso site: www.registrofgr.com.br
Código validador: **ZG08K4DOVA0A**

Serviço Registral de Imóveis CNS 08.197-6
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Foro Regional de Fazenda Rio Grande-PR
CNPJ nº 02.952.816/0001-40
Horário - 08h 30 as 17:00h
Bel. Hermas Eurides Brandão Junior
Agente Delegado

NOTIFICAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
COM PRAZO DE 15 DIAS

HERMAS EURIDES BRANDÃO JUNIOR, Oficial do Registro de Imóveis desta Comarca de Fazenda Rio Grande, no uso de suas atribuições, etc...

FAZ SABER a **MARCELO GUERRA SOARES**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da CI nº 7.976.202-4-SSP-PR e do CPF/MF nº 041.098.779-46, residente e domiciliado na Rua Francisco Sturmino de Andrade, nº 435, Sítio Cercado, na Cidade de Curitiba-PR, que fica pelo presente Edital, **INTIMADO**, não sendo possível intimá-lo pessoalmente e sendo desconhecido pelo credor outros endereços, para fins de pagamentos de encargos, posicionado pelo **Ofício nº 4607/2023 - CESAV/BU** emitido pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** em 15/03/2023 corresponde a R\$ 2.605,22 (dois mil e seiscentos e cinco reais e vinte e dois centavos), e a atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e as despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período, decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Terreno e Mútuo para Construção de Unidade Habitacional, Alienação Fiduciária em Garantia, Fiança e Outras Obrigações - Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) - Recursos do FGTS com Utilização dos Recursos da Conta Vinculada do FGTS do(s) Devedor(es) - nº **8.7877.0426264-2**, com caráter de Escritura Pública, na forma da lei, firmado na Cidade de **Curitiba-PR**, em 30 de agosto de 2018, registrado sob o nº **R-3** na matrícula nº **61.593** desta Serventia, referente a **CASA 79 (setenta e nove)** integrante do **RESIDENCIAL BELA VISTA**, situado nesta Cidade de **Fazenda Rio Grande**, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de **Fazenda Rio Grande-Paraná**, com área total construída exclusiva de **42,000m2** que figura como credor(a) fiduciário(a) a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**.

Assim tendo expirado o prazo de carência, convenicionado ao contrato, para o procedimento de cobrança, fica **INTIMADO V.S.** para que se dirija a este Serviço de Registro de Imóveis, desta Comarca, a meu cargo, situado a Rua Castanheira, nº 528, 1º Andar - Ed. Branpar Office - Eucaliptos na Cidade de Fazenda Rio Grande-PR, no horário das 08h30min às 17h00min, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data da terceira e última publicação deste Edital. Fica ainda, **CIENTIFICADO V. S.**, de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Fazenda Rio Grande, 16 de março de 2023.

-FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO-
Escrivente Indicada (Port.12/21)

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinador por: **FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO**, em 27/03/2023 Consulta a autenticidade deste documento no nosso site: www.registrofgr.com.br
Código validador: **NDB8H7IMVNT**

Serviço Registral de Imóveis CNS 08.197-6
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Foro Regional de Fazenda Rio Grande-PR
CNPJ nº 02.952.816/0001-40
Horário - 08h 30 as 17:00h
Bel. Hermas Eurides Brandão Junior
Agente Delegado

NOTIFICAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
COM PRAZO DE 15 DIAS

HERMAS EURIDES BRANDÃO JUNIOR, Oficial do Registro de Imóveis desta Comarca de Fazenda Rio Grande, no uso de suas atribuições, etc...

FAZ SABER a **KARLA MANOELA SANTOS PEREIRA**, vendedora, portadora da CI nº 2.190.224-4-Polícia Civil/MG e do CPF/MF nº 085.815.459-55, casada pelo regime de **comunhão parcial de bens na vigência da lei 6.515/77 em 10/02/2012**, e seu cônjuge **JADSON MESSIAS GOMES DOS SANTOS** auxiliar de escritório e assemblhados, portador da CI nº 1.729.413-4-Polícia Civil/MG e do CPF/MF nº 088.223.146-06, ambos brasileiros, residentes e domiciliados na Rua João Florisundo Alberti, nº 293, Apartamento 06, Bairro Roça Grande, na Cidade de Colombo-PR, que ficam pelo presente Edital, **INTIMADOS**, não sendo possível intimá-lo pessoalmente e sendo desconhecido pelo credor outros endereços, para fins de pagamentos de encargos, posicionado pelo **Ofício nº 4604/2023 - CESAV/BU** emitido pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** em 13/03/2023 corresponde a R\$ 3.543,83 (três mil e quinhentos e quarenta e três reais e oitenta e três centavos), e a atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e as despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período, decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Unidade Concluída, Mútuo e Alienação Fiduciária em Garantia - Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV - Recursos FGTS - com Utilização dos Recursos da Conta Vinculada do FGTS do(s) Devedor(es) - nº **8.7877.0375440-1**, com caráter de Escritura Pública, na forma da lei, firmado na Cidade de **Curitiba-PR**, em 26 de junho de 2018, registrado sob o nº **R-3** na matrícula nº **53.550** desta Serventia, referente a **UNIDADE 17 (dezessete)** integrante do **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JABUTI I**, situado nesta Cidade de **Fazenda Rio Grande**, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de **Fazenda Rio Grande-Paraná**, com área total da construção de **41,80m²**, que figura como credor(a) fiduciário(a) a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**.

Assim tendo expirado o prazo de carência, convenicionado ao contrato, para o procedimento de cobrança, fica **INTIMADO V.S.** para que se dirija a este Serviço de Registro de Imóveis, desta Comarca, a meu cargo, situado a Rua Castanheira, nº 528, 1º Andar - Ed. Branpar Office - Eucaliptos na Cidade de Fazenda Rio Grande-PR, no horário das 08h30min às 17h00min, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data da terceira e última publicação deste Edital. Fica ainda, **CIENTIFICADO V. S.**, de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Fazenda Rio Grande, 14 de março de 2023.

-FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO-
Escrivente Indicada (Port.12/21)

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinador por: **FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO**, em 27/03/2023 Consulta a autenticidade deste documento no nosso site: www.registrofgr.com.br
Código validador: **9RZSRZMZJY7**

Serviço Registral de Imóveis CNS 08.197-6
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Foro Regional de Fazenda Rio Grande-PR
CNPJ nº 02.952.816/0001-40
Horário - 08h 30 as 17:00h
Bel. Hermas Eurides Brandão Junior
Agente Delegado

NOTIFICAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
COM PRAZO DE 15 DIAS

HERMAS EURIDES BRANDÃO JUNIOR, Oficial do Registro de Imóveis desta Comarca de Fazenda Rio Grande, no uso de suas atribuições, etc...

FAZ SABER a **FRANCK RODRIGUES MORAIS**, brasileiro, divorciado, trabalhador de instalações de processamento químico, portador da CI nº 8.567.208-8-SSP-PR e do CPF/MF nº 060.463.539-71, residente e domiciliado na Rua José Cubas Martins, nº 94, Bairro Uberaba, na Cidade de Curitiba-PR, que fica pelo presente Edital, **INTIMADO**, não sendo possível intimá-lo pessoalmente e sendo desconhecido pelo credor outros endereços, para fins de pagamentos de encargos, posicionado pelo **Ofício nº 4601/2023 - CESAV/BU** emitido pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** em 15/03/2023 corresponde a R\$ 4.394,82 (quatro mil e trezentos e noventa e quatro reais e oitenta e dois centavos), e a atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e as despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período, decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Unidade Concluída, Mútuo e Alienação Fiduciária em Garantia - Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV - Recursos do FGTS - com Utilização dos Recursos da Conta Vinculada do FGTS do(s) Devedor(es) - nº **8.7877.0312940-0**, com caráter de Escritura Pública, na forma da lei, firmado na Cidade de **Curitiba-PR**, em 05 de abril de 2018, registrado sob o nº **R-3** na matrícula nº **60.554** desta Serventia, referente a **CASA 53** integrante do **RESIDENCIAL SAN MARINO**, situado nesta Cidade de **Fazenda Rio Grande**, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de **Fazenda Rio Grande-Paraná**, com área total construída exclusiva de **42,000m2**, que figura como credor(a) fiduciário(a) a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**.

Assim tendo expirado o prazo de carência, convenicionado ao contrato, para o procedimento de cobrança, fica **INTIMADO V.S.** para que se dirija a este Serviço de Registro de Imóveis, desta Comarca, a meu cargo, situado a Rua Castanheira, nº 528, 1º Andar - Ed. Branpar Office - Eucaliptos na Cidade de Fazenda Rio Grande-PR, no horário das 08h30min às 17h00min, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data da terceira e última publicação deste Edital. Fica ainda, **CIENTIFICADO V. S.**, de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Fazenda Rio Grande, 15 de março de 2023.

-FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO-
Escrivente Indicada (Port.12/21)

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinador por: **FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO**, em 27/03/2023 Consulta a autenticidade deste documento no nosso site: www.registrofgr.com.br
Código validador: **HDVY8TMVZPZ**

Serviço Registral de Imóveis CNS 08.197-6
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Foro Regional de Fazenda Rio Grande-PR
CNPJ nº 02.952.816/0001-40
Horário - 08h 30 as 17:00h
Bel. Hermas Eurides Brandão Junior
Agente Delegado

NOTIFICAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
COM PRAZO DE 15 DIAS

HERMAS EURIDES BRANDÃO JUNIOR, Oficial do Registro de Imóveis desta Comarca de Fazenda Rio Grande, no uso de suas atribuições, etc...

FAZ SABER a **PRISCILLA MARTINS DOS SANTOS**, brasileira, solteira, maior, auxiliar de escritório, portadora da CI nº 8.732.441-9-SESP-PR e do CPF/MF nº 035.925.399-73, residente e domiciliada na Rua Ady C Mendonça, nº 73, na Cidade de Curitiba-PR, que fica pelo presente Edital, **INTIMADA**, não sendo possível intimá-lo pessoalmente e sendo desconhecido pelo credor outros endereços, para fins de pagamentos de encargos, posicionado pelo **Ofício nº 4602/2023 - CESAV/BU** emitido pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** em 15/03/2023 corresponde a R\$ 34.853,13 (trinta e quatro mil e oitocentos e cinquenta e três reais e treze centavos), e a atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e as despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período, decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Terreno e Mútuo para Construção de Unidade Habitacional, Alienação Fiduciária em Garantia, Fiança e Outras Obrigações - Programa Minha Casa, Minha Vida - (PMCMV) - Recursos do FGTS - nº **8.7877.0174785-8** com caráter de Escritura Pública, na forma da lei, firmado na Cidade de **Curitiba-PR**, em 27 de agosto de 2017, registrado sob o nº **R-5** na matrícula nº **57.453** desta Serventia, referente a **CASA 40 (quarenta)**, **UNIDADE TIPO B5**, integrante do **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SPAZIO VERDE II**, situado nesta Cidade de **Fazenda Rio Grande**, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de **Fazenda Rio Grande-Paraná**, com área privativa coberta de **40,69m²**, que figura como credor(a) fiduciário(a) a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**.

Assim tendo expirado o prazo de carência, convenicionado ao contrato, para o procedimento de cobrança, fica **INTIMADO V.S.** para que se dirija a este Serviço de Registro de Imóveis, desta Comarca, a meu cargo, situado a Rua Castanheira, nº 528, 1º Andar - Ed. Branpar Office - Eucaliptos na Cidade de Fazenda Rio Grande-PR, no horário das 08h30min às 17h00min, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data da terceira e última publicação deste Edital. Fica ainda, **CIENTIFICADO V. S.**, de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Fazenda Rio Grande, 16 de março de 2023.

-FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO-
Escrivente Indicada (Port.12/21)

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinador por: **FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO**, em 27/03/2023 Consulta a autenticidade deste documento no nosso site: www.registrofgr.com.br
Código validador: **XJ2680TJHD9**

Serviço Registral de Imóveis CNS 08.197-6
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Foro Regional de Fazenda Rio Grande-PR
CNPJ nº 02.952.816/0001-40
Horário - 08h 30 as 17:00h
Bel. Hermas Eurides Brandão Junior
Agente Delegado

NOTIFICAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
COM PRAZO DE 15 DIAS

HERMAS EURIDES BRANDÃO JUNIOR, Oficial do Registro de Imóveis desta Comarca de Fazenda Rio Grande, no uso de suas atribuições, etc...

FAZ SABER a **ANDRIELLI BARBOSA PORFIRIO**, brasileira, administradora, portadora da CNH nº 07407723167-DeTRAN/PR e do CPF/MF nº 084.666.999-45, solteira, residente e domiciliada na Rua Herbert Spencer, nº 262, Bairro Aristocrata na Cidade de São José dos Pinhais-PR, que fica pelo presente Edital, **INTIMADA**, não sendo possível intimá-lo pessoalmente e sendo desconhecido pelo credor outros endereços, para fins de pagamentos de encargos, posicionado pelo **Ofício nº 3539/2023 - CESAV/BU** emitido pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** em 03/03/2023 corresponde a R\$ 7.182,94 (sete mil e cento e oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos), e a atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e as despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período, decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Imóvel, Mútuo e Alienação Fiduciária em Garantia no SFH - Sistema Financeiro de Habitação - nº **1.4444.1754083-6**, com caráter de Escritura Pública, na forma da lei, firmado na Cidade de **Curitiba-PR**, em 18 de fevereiro de 2022, registrado sob o nº **R-3** na matrícula nº **70.392** desta Serventia, referente a **UNIDADE 02 (TIPO CASA)** integrante do **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL L.J CONIN XXX**, situado nesta Cidade de **Fazenda Rio Grande**, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de **Fazenda Rio Grande-Paraná**, com área total da construção de **53,50 m²**, que figura como credor(a) fiduciário(a) a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**.

Assim tendo expirado o prazo de carência, convenicionado ao contrato, para o procedimento de cobrança, fica **INTIMADO V.S.** para que se dirija a este Serviço de Registro de Imóveis, desta Comarca, a meu cargo, situado a Rua Castanheira, nº 528, 1º Andar - Ed. Branpar Office - Eucaliptos na Cidade de Fazenda Rio Grande-PR, no horário das 08h30min às 17h00min, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data da terceira e última publicação deste Edital. Fica ainda, **CIENTIFICADO V. S.**, de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Fazenda Rio Grande, 06 de março de 2023.

-FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO-
Escrivente Indicada (Port.12/21)

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinador por: **FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO**, em 27/03/2023 Consulta a autenticidade deste documento no nosso site: www.registrofgr.com.br
Código validador: **NOC0BJS09RN**

Sistema Fiep

TIPO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27782/2023
OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA ESCOLA DE REFERÊNCIA - SESI - LONDRINA
DATA DE ABERTURA: 05 de abril de 2023 às 9h
LINK PARA ACESSO: http://app2.fiepr.org.br/licitacao/html/

PROJUDI - Processo: 0028923-85.2018.8.16.0001 - Ref. mov. 257.1 - Assinado digitalmente por Carla Melissa Martins Tria 09/03/2023: EXPEDIÇÃO DE EDITAL/INTIMAÇÃO. Arq: Edital

JUIZO DE DIREITO DA SÉTIMA VARA CÍVEL
Carla Melissa Martins Tria
Av. Cândido de Abreu, 535 - 4º andar
Comarca de Curitiba - Estado do Paraná
Dra. Jucilei de Souza Carvalh
Patricia M.C.B. de Mattos - E. Juramentada
Patricia Carla Gonçalves - E. Juramentada

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA EXECUTADA ANA CAROLINA MORAES DA CUNHA, COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
Edital de Intimação da Executada ANA CAROLINA MORAES DA CUNHA, pessoa física, inscrita no CPF/MF sob o nº. 117.995.196-43, atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido, para que no prazo de 15 (quinze) dias pague a importância de R\$ 8.201,19 (Oito mil, duzentos e um reais e dezenove centavos - 14/11/2018 - seq. 1.1), acrescidos de juros e correção monetária, sob pena de imposição de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, nos termos do artigo 523 do NCPC, autos de Ação CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, sob nº. 0028923-85.2018.8.16.0001, que tramita na 7ª. Vara Cível de Curitiba, pelo sistema *Projudi*, sito na Av. Cândido de Abreu, nº. 535, 4º. andar, Fórum Cível, Centro Cívico, movido por INSTITUTO DE EDUCACAO UNICURITIBA LTDA contra ANA CAROLINA MORAES DA CUNHA. **DESPACHO DE SEQUÊNCIA 239.1: "1. ANOTAÇÕES NECESSÁRIAS QUANTO AO TRÂMITE DO FEITO EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (seq. 224.1). Em conformidade com o artigo 513 §2º, NCPC ntime-se o Devedor para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver; sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos calculados cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante em caso de pagamento parcial, nos termos do artigo 523, §1º e §2º do NCPC. Intime-se, ainda, a parte executada de que, transcorrido o prazo previsto no artigo 523 sem o pagamento voluntário, ini-cia-se o prazo de 15 (quinze) dias para, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. 2. Ofertada Impugnação pelo Executado, manifeste-se a parte exequente, em 15 dias, com posterior conclusão para análise. Não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, intime-se o Credor para manifestar-se quanto ao interesse no prosseguimento e requerer as diligências que reputar cabíveis. 4. Desde logo, destaca-se que certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do artigo 523, a parte exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do artigo 517 do NCPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, do mesmo código. Curitiba, 13 de janeiro de 2023. Carla Melissa Martins Tria, Juiz de Direito".** E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedei o presente edital, que será publicado e afixado no local de costume (art. 257 do NCPC). Curitiba, 09 de março do ano dois mil e vinte e três. E Eu, (a) (Katya de Araújo Carrolo) Escrivã, que o fiz digitar, conferi e subscrevo.

CARLA MELISSA MARTINS TRIA
Juiz de Direito Substituto
Assinado Digitalmente

11ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI Rua Cândido de Abreu, 535 - 11º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-000 - Fone: 41 3222-2476 - Celular: (41) 99866-3548 - E-mail: onzeivel@gmail.com Autos nº. 0014686-32.2007.8.16.0001 EDITAL DE CITAÇÃO de DIAVAN E FRUET LTDA, com PRAZO de 30 (trinta) dias. Processo: 0014686-32.2007.8.16.0001 Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial Assunto Principal: Cheque Valor da Causa: R\$23.406,85 Exequente(s): BLUE GLASS COMERCIO DE VIDROS LTDA. (CPF/CNPJ: 06.045.130/0001-27) Rua Alcino Guanabara, 446 - Hauer - CURITIBA/PR - CEP: 81.610-110 Executado(s): DIAVAN E FRUET LTDA (CPF/CNPJ: 76.194.273/0001-86) A DRA. DANIELLE MARIA BUSATO SACHET, MM, Juíza de Direito da 11ª Vara Cível da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, FAZ SABER que por este cartório e juízo, tramitam autos acima nominados, onde determinou-se, pelo Juízo, a citação dos executados para pagamento da quantia exigida ou oferecimento de bens à penhora, restando negativas as diligências realizadas pelo Sr. Oficial de Justiça, para citação dos executados, nos endereços constantes dos autos, e esgotados todos os meios possíveis para citação destes, estando portanto em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 256, §3º do Código de Processo Civil, ficam DIAVAN E FRUET LTDA, CITADOS, por este edital, dos termos da execução ora em processo, para que, no prazo de três (03) dias, contados da data da primeira publicação do presente Edital, pague(m) a importância de R\$ 173.636,86 (cento e setenta e três mil, seiscentos e trinta e seis reais e oitenta e seis centavos), devidamente corrigido até a data do efetivo pagamento, acrescida das custas processuais e honorários advocatícios fixados, estes últimos na forma do artigo 827, do NCPC, em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, cliente(s) a(s) executada(s) da redução da verba honorária pela metade, para pagamento integral no prazo acima estipulado, nos termos do artigo 827, § 1º do NCPC, sob pena de não o fazendo ser penhorado bens de sua propriedade tantos quanto bastem, para integral satisfação do débito, nos termos do artigo 830 do NCPC, certificando acerca do arresto e penhora dos bens, conforme artigo 870, do NCPC. Cientificando a(s) executada(s) de que, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá(ão) opor embargos à execução, nos termos do artigo 915 do NCPC, no prazo de quinze dias, contados da data da juntada aos autos do presente mandado, contados na forma do artigo 231 do NCPC, cientificando-a(s) também que, se os embargos forem manifestamente protelatórios, o Juiz aplicará à parte devedora multa sobre o valor da execução. Ressalte-se que, no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do Exequente, e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento), do valor em execução, acrescido de custas e honorários advocatícios, poderá a executada requerer seja permitido a pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 916, caput, do NCPC). Sob pena de nomeação de Curador Especial (artigo 257, IV, do NCPC) e prosseguimento do feito independentemente de seu conhecimento. Tudo de conformidade com o contido nos autos acima indicados. Dado e passado nesta cidade de Curitiba - PR, vinte e dois (22) do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e vinte e três (2023). Eu(Jucilei Velloso), Escrivente Juramentado, o fiz digitar, conferi e subscrevo. DANIELLE MARIA BUSATO SACHET Juíza de Direito

SURG – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava

SENHORES ACIONISTAS: Atendendo às disposições legais, estatutárias e patrimoniais apresentamos o Balanço Financeiro do Exercício de 2022 e demais Demonstrações para apreciação de todos. Permanecemos a inteira disposição dos Senhores Acionistas para prestar todos os esclarecimentos relativos às contas e atos praticados durante o exercício, ora em apreciação.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	2022	2021	PASSIVO+PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		1.446.439,41	3.058.522,90	Fornecedores		4.520.897,44	2.328.991,25
Duplicatas a Receber		281.881,34	577.640,88	Contas a Pagar		496.682,21	406.498,33
Créditos Diversos	3	369.857,16	301.643,45	Obrigações Trabalhistas		3.387.212,72	6.031.505,08
Obras em andamento		-	49.524,48	Obrigações Tributárias		523.624,52	386.595,40
Estoques	4	1.752.222,09	-	Parcelamentos Tributários	6	205.977,98	190.133,52
				TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		9.134.394,87	9.343.723,58
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		3.850.400,00	3.987.331,71	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
				Parcelamentos Tributários	6	95.066,76	285.200,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE				Indenizações e Restituições Diversas	7	23.700,24	-
Empréstimos Compulsórios		13.887,50	13.887,50	TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		118.767,00	285.200,28
Ações		2.557,16	2.557,16	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	5	10.750.881,07	10.841.036,00	Capital Social		198.514,38	198.514,38
Intangível		130.023,10	122.723,10	Reservas de Capital		219.338,68	219.338,68
				Reservas de Lucros		28.911,18	28.911,18
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		10.897.348,83	10.980.203,76	Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos		8.597.542,63	8.597.542,63
				Prejuízos Acumulados	8	(3.549.719,91)	(3.705.695,26)
TOTAL ATIVO		14.747.748,83	14.967.535,47	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.494.586,96	5.338.611,61
				TOTAL PASSIVO+PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.747.748,83	14.967.535,47

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em reais)

	Nota	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	9	62.191.615,14	49.977.695,02
Tributos e Contribuições sobre a Receita		(2.801.034,69)	(2.254.102,28)
RECEITA LÍQUIDA DA VENDA DE SERVIÇOS		59.390.580,45	47.723.592,74
Custos das Vendas de Serviços		(53.347.276,07)	(43.379.506,77)
LUCRO BRUTO		6.043.304,38	4.344.085,97
Despesas Operacionais		(5.558.631,62)	(4.124.137,83)
Outras Receitas		7.415,37	7.139,72
Outras Despesas		(130.249,02)	(26.458,91)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		361.839,11	200.628,95
Receitas Financeiras		51.739,00	23.601,23
Despesas Financeiras		(224.945,83)	(202.095,23)
LUCROS ANTES DOS IMPOSTOS		188.632,28	22.134,95
Imposto de Renda e Contribuição Social		(32.656,93)	(7.062,43)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		155.975,35	15.072,52
LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO		0,054	0,005

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Saldo Inicial de Lucros e Prejuízos Acumulados			(3.720.767,78)
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores			0,00
(+/-) Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício			15.072,52
(=) Saldo Final de Lucros ou Prejuízos Acumulados 31/12/2021			(3.705.695,26)
Saldo Inicial de Lucros e Prejuízos Acumulados			(3.705.695,26)
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores			0,00
(+/-) Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício			155.975,35
(=) Saldo Final de Lucros ou Prejuízos Acumulados 31/12/2022			(3.549.719,91)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS E PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS
A SURG – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Guarapuava no Estado do Paraná, tendo como controlador a Prefeitura Municipal de Guarapuava. A SURG se dedica principalmente ao desenvolvimento de serviços de urbanização, sejam elas de pavimentação, coleta e transporte de resíduos domésticos ou manutenção das áreas verdes (praças, parques). O capital social está dividido em 2.907.709 ações nominativas.
Os principais serviços executados pela SURG à Prefeitura Municipal de Guarapuava, durante o exercício de 2022 foram 18.979,32 m² (total de 11 ruas) de pavimentação asfáltica com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), recapamento asfáltico, 164.857,67 m² (57 ruas), operação tapa buraco para manutenção do pavimento existente foram 31.672,70 m². Minimizando as situações de alagamentos foram feitas limpezas e desobstruções em 1.701 metros de galerias de água pluvial entre outros serviços como restauração, restauração de caixas de captação, abertura de valas, aterro, reaterro, escavação e remoção de materiais não aproveitáveis. Foram coletadas, transportadas e destinadas 35.129,69 toneladas de lixo doméstico da área urbana do município, na área rural do Guairacá e nos Distritos de Entre Rios, Guará e Palmeirinha. Com a colaboração dos operadores ecológicos foram executados 23.350,04 km de varrição de ruas; 1.023,50 horas com o caminhão pipa na limpeza das vias e na irrigação de canteiros públicos. Trabalhamos também na manutenção e execução de paisagismo dos públicos municipais, no fomento e plantio de flores, grama e arbustos, na poda e supressão de árvores e arbustos, e na roçada e corte de grama totalizando mais de 14.489 m², 21.862.342,88 m² e 380.486 unidades de flores, plantio de árvores e vegetação nos parques e praças. Foram realizados também serviços de trânsito como estudos técnicos de engenharia de tráfego, 6.960 unidades, 39.868,52 m² de sinalização viária horizontal, pintura de meio fio e placas de sinalização implantadas e reformadas. A SURG realiza também o trabalho de limpeza de fossas para a população local, além dos serviços de reforma e pintura de brinquedos, implantação de academias para terceira idade e bancos em praças e escolas, entre outros serviços.

NOTA 2 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO
As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International*

Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.1 – Caixa e Equivalente de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

2.2 Duplicatas a Receber, Créditos Diversos, Obras e Serviços e Estoques: Estão apresentados os valores de venda de serviços que efetivamente constituirão “caixa”. Os créditos diversos registram outros direitos da Companhia, tais como Impostos a Recuperar, depósitos judiciais e adiantamentos conforme especificado na Nota 3. As obras e serviços registram valores de serviços que estavam em andamento no encerramento das Demonstrações Financeiras, os Estoques registram valores de materiais que serão utilizados na prestação de serviços.

2.3 Imobilizado e Intangível: A Companhia utilizou o custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos da IAS 29, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A depreciação é calculada pelo método linear. São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Estão registrados nessa rubrica exclusivamente os valores de aquisição de software por não possuir outros bens intangíveis.

2.4 Fornecedores e Contas a pagar: São registrados os valores de aquisição de insumos para obras, manutenção e outros bens e serviços que sejam necessários para desenvolvimento da atividade operacional da Companhia, sendo avaliados pelo custo de aquisição.

2.5 Parcelamentos: São valores referentes a dívidas com a Receita Federal do Brasil, realizadas em 2009 e consolidadas em 2011 através da Lei Federal 11.941/2009. Estão registrados pelo valor original do tributo ou contribuição, acrescido pelos encargos.

2.6 Indenizações e Restituições Diversas: São valores referentes a indenizações pagas a terceiros, através de desconto em folha de pagamento.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
FENIX IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA torna público que **irá requerer a Secretaria Municipal de Meio Ambiental – SMMA, a Licença Ambiental Prévia para FABRICAÇÃO DE CABINES, CARROCERIAS E REBOQUES PARA CAMINHÕES**, instalada à RUA NICOLA PELLANDA, 3.943, UMBARÁ, CURITIBA/PR.

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2023

O Município de Maria Helena – PR, torna público aos interessados a realização do Pregão eletrônico nº 032/2023. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bll.org.br e www.mariahelena.pr.gov.br, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei nº. 8.666/93. Objetivando a Aquisição PARCELADA de ITENS DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E AFINS, conforme especificações descritas no Termo de Referência, parte integrante do presente edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS será até às 08:50 horas do dia 14/04/2023. ABERTURA DA SESSÃO: ocorrerá dia 14/04/2023 as 09:00hrs, no site www.bll.org.br, nos termos das condições descritas neste Edital.

Edital disponível: no portal da transparência da Prefeitura Municipal de Maria Helena e no Site da BLL.

Edital EXCLUSIVO à participação de Microempresas, Microempreendedor Individual e Empresas de pequeno porte EM ÂMBITO LOCAL

Maria Helena – PR, 27 de março de 2023

JHENNIFFER MARIANE ROMIG

Pregoeira Municipal

2.7 Receitas: As receitas são reconhecidas pelo Regime de Competência, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

NOTA 3 – CRÉDITOS DIVERSOS

Os valores dos créditos diversos em 2022 referem-se a Impostos a Recuperar no valor de R\$ 44.901,06 que serão compensados em momento oportuno; Adiantamentos de férias no valor de R\$ 258.209,01; Despesas antecipadas no valor de R\$ 63.102,64 e Depósitos Judiciais no valor de R\$ 3.644,45.

NOTA 4 – ESTOQUES

Referem-se a estoques de matérias primas e materiais de consumo essenciais para a prestação de serviços, materiais esses do CAP 50/70 para usinagem e transformação do CBUQ utilizado na pavimentação, cimento para fabricação de manilhas e passeios públicos, películas refletivas e tintas para sinalização viária.

NOTA 5 – IMOBILIZADO

A tabela demonstra a movimentação dos bens integrantes do Imobilizado:

Custo de aquisição	Terrenos e Edifícios	Máquinas, Equipamentos e Veículos	Utensílios e Acessórios	Total
Saldo Inicial	9.722.946,50	2.744.175,93	506.707,32	12.973.829,75
Aquisições	-	134.492,15	12.222,22	146.714,37
Reavaliação	-	-	-	-
Saldo Final	9.722.946,50	2.878.668,08	518.929,54	13.120.544,12
Depreciação	-	10% a.a	20% a.a.	-
Taxa Depreciação	-	1.865.636,33	267.157,42	2.132.793,75
Depreciação no Período	-	193.085,49	43.786,81	236.872,30
Saldo Final	-	2.058.718,82	310.944,23	2.369.663,05
Saldo Contábil	9.722.946,50	819.949,26	207.985,31	10.750.881,07

NOTA 6 – PARCELAMENTOS LEI 11.941/09

As dívidas dessa rubrica referem-se a parcelamentos tributários e previdenciários com o fisco Federal com vencimentos em 18 e 12 meses. Os valores registrados estão avaliados pelo valor principal da dívida acrescido de encargos financeiros fixos.

NOTA 7 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DIVERSAS

Referem-se a duas indenizações por determinações judiciais, sendo indenização por determinação judicial por acidente de trânsito jurisdicionados Alecio Antonio Vicini / Marcos Roberto da Silva Lopes 27 parcelas de 399,38 e 1 de 112,02 e indenização por determinação judicial por acidente de trânsito jurisdicionados Estela Maris Cunha Gotlieb / Antonio Ferreira 40 parcelas de 500,00.

NOTA 8 – PREJUÍZOS ACUMULADOS

Os Prejuízos Acumulados estão demonstrados na Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados.

NOTA 9 – RECEITAS

As receitas da Companhia são provenientes da realização de serviços e são reconhecidas pelo Regime de Competência.

NOTA 10 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES

Esclarecimentos adicionais sobre os itens abaixo:
a) A elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa tornou-se obrigatória a partir de 2019, tendo em vista que a SURG ultrapassou seu Patrimônio Líquido do valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
b) A elaboração da Demonstração do Valor Adicionado - DVA não se aplica a essa Companhia, tendo em vista que a SURG não é uma empresa de capital aberto.
c) A Companhia não possui empresas coligadas e controladas.
d) As informações sobre os itens: Participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias; Investimentos em outras sociedades, quando relevantes; Aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações; Ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes; Opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício; Demonstrações Consolidadas; Equivalência Patrimonial; Mudanças de Critérios Contábeis; Ônus, garantias e responsabilidade eventuais e contingentes; Opções de Compra de Ações; Informações sobre Coligadas e Controladas não se aplicam a esta Companhia.

Guarapuava, 31 de dezembro de 2022.

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

BRUNA VANESSA PORTELLA
Contadora CRC-PR 076670/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós membros do Conselho Fiscal da SURG - CIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA, tendo examinado o BALANÇO PATRIMONIAL e todas as demonstrações financeiras, bem como a documentação contábil do exercício de 2022, declaramos encontrar tudo em ordem e recomendamos sua aprovação por parte da Assembleia Geral dos Senhores Acionistas.

JOSÉ JACIR DE QUEIRÓS

ADÃO ALCIONE MONTEIRO

LUANA ESTECHE NUNES

AVISOS DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO, através da Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2023 – PMSJT. Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo tipo Van transformado em ambulância tipo B, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. **Abertura: 13/04/2023 às 09h:00min**, Critério de Julgamento: menor preço unitário por item. Valor máximo: **R\$ 386.948,66**. O Edital deverá ser retirado na Prefeitura Municipal de São João do Triunfo, Departamento de Licitações, Compras e Contratos, Rua Tenente Cel Carlos Souza, 312, Centro, São João do Triunfo, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h40min e das 13h30min às 16h30min, através do site ou www.bll.org.br, ou ainda no site: www.sjtrunfo.pr.gov.br (Portal da Transparência).

São João do Triunfo, 27 de março de 2023.

Maria Angélica Gabre Halila-Secretária Municipal de Administração

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2023 – PMSJT

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO, através da Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar, às **09:00 horas do dia 18 de abril do ano de 2023**, na Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Tenente Coronel Carlos Souza, nº 312, Centro, São João do Triunfo, Paraná, **TOMADA DE PREÇOS**, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da seguinte obra: Trata-se da construção de 01 (uma) Praça, na Rua Padre Estevão Hubert esquina com a Rua Vereador Pedro dos Santos Antunes, Jardim Vitória, São João do Triunfo, PR. Valor estimado: R\$ 52.088,03. Edital disponível no site da Prefeitura ou por e-mail: licitacao@sjtrunfo.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado e pelo – Telefone (42-34471222).

São João do Triunfo, 27 de março de 2023.

Maria Angélica Gabre Halila - Secretária Municipal de Administração

MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023

LOTE	OBJETO	QUANT	VALOR TOTAL R\$	PRAZO (DIAS)
01	PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS	01	915.000,00	210
02	RETROESCAVA- DEIRA 4x4	01	460.000,00	180

O MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, torna público que às 14h00 do dia 10 de abril de 2023, dará continuidade na licitação supra, suspensa em 22/03/2023, por motivos de impugnação. A publicação da suspensão ocorreu no Diário do Município, Edição nº 2394/pág 08. A continuidade da licitação, ocorrerá, na plataforma de licitações do Banco do Brasil (www.licitacoes-e.com.br), sem alterações no edital originário. Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro **Fabio H. Salles, Paraná, Brasil – Telefone: (41) 3291-5129 – E-mail: licitacao@campolargo.pr.gov.br**. A pasta técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço: www.licitacoes-e.com.br ou www.campolargo.atende.net-licitacoes, das 0:00 às 24:00 horas. Campo Largo, 27 de março de 2023.
Fabio Henrique de Salles - Pregoeiro

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TERRA RICA
Estado do Paraná

CNPJ: 76.978.881/0001-81

Prefeitura do Município de Terra Rica.

Aviso de Sessão de Sorteio e Publicação de Pré-qualificados

Edital de Chamamento Público nº 04/2023, visando o futuro **Credenciamento de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de plantões médicos a serem prestados no Hospital Municipal Cristo Redentor.**

Pré-qualificadas:

Clinica Medica MJ Gazim Eireli ME – CNPJ 25.058.476/0001-04
Doctor Gestão em Serviços LTDA – CNPJ 13.729.206/0001-07
Avive Gestão de Serviços Médicos LTDA – CNPJ 33.458.003/0001-22
Facilplan Serviços Médicos Eireli – 42.094.362/0001-39
M.T. Spigolon Clínica Médica LTDA – CNPJ 22.247.956/0001-25
Lopes Clínica Médica LTDA – CNPJ 48.514.790/0001-50
André Christino Sechi – CNPJ 32.272.229/0001-60
Antoniele Gonçalves Souza – CNPJ 49.834.646/0001-63
Luiz Augusto Lorga Vieira Clínica Médica – CNPJ 28.407.431/0001-96
Willian Toledo Pereira Clínica Médica – CNPJ 27.343.591/0001-56
Athenas Especialidades Em Saúde LTDA – CNPJ 24.542.142/0001-49
P P Consalter LTDA – CNPJ 49.874.156/0001-90
André Pereira Lopes Rubio – Clínica – CNPJ 27.290.685/0001-04

Sorteio: A sessão pública para sorteio que definirá a ordem de distribuição da demanda entre os eventuais credenciados será no dia 29/03/2023 as 09:00 horas na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Terra Rica.

Terra Rica, 27/03/2023

Julio Cesar da Silva Leite
Prefeito Municipal

CLUBE CURITIBANO
EDITAL

Comunicamos aos associados abaixo relacionados, que de conformidade com o artigo 29, inciso III e IV, do Regimento Interno, o prazo para regularização junto ao Clube é de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste edital, após o que, serão aplicadas as penas cabíveis.

B 1632-0	Rodrigo Lopes Henke	B 2860-2	Deborah More Zunsztern Vidal
B 2897-4	Dirceu Seiler Barbosa Neto	B 3217-9	Tiago De Muniz Wolowski
B 3280-2	Carlos Oscar Da Costa Araujo	B 3493-1	Michele Dalla Stella Cordeiro
B 3741-8	Marise Gomes Guimaraes	B 3965-6	Luiz Claudio Todeschini Ellas
B 5067-0	Luiz Augusto Brunetto	B 5247-8	Clovis Augusto Veiga Costa
C 535-0	Guilherme Montani Bezerra	C 717-9	Luiz Marcelo Giovannetti
C 816-7	Jose Adriano Todeschini Ellas	C 3793-1	Livio Tito Calderari Filho
C 3998-6	Mauro Luiz Fuchs Filho	C 4432-1	Francisco M B Germiniani
C 5034-0	Marcelo Rodrigues Mendes	C 8511-1	Gustavo Rocha Brunetto
C 8583-3	Leopoldo Pompeo Weber	C 8658-0	Michelly Dalla Stella Cordova
R 3729-2	Jose Renato Dos Santos T.Ribas	R 4662-1	Mauro Luiz Fuchs
S 590-0	Andre Martinez Mussi	S 2108-3	Gabriel Augusto R Brunetto

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2023 - PROC. Nº 065/2023

OBJETO: Contratação de empresa com registro no Conselho de Classe Competente, a qual fornecerá materiais e mão de obra, para efetuar a Reforma da cobertura do Ginásio de Esportes Henrique Schmidt, localizado no Parque de Exposição Prefeito Dr. Alício Dias dos Reis, com prazo de 06 (seis) meses para execução, conforme projetos, orçamento, memorial e cronogramas anexos. - **VALOR MÁXIMO ADMITIDO:** R\$ 245.771,32 - **ABERTURA:** 14/04/2023, às 08h40min, na Sede da Prefeitura do Município de Santo Antônio da Platina. - **EDITAL E ELEMENTOS:** Disponível no site www.santoantoniodaplatina.atende.net. - **INFORMAÇÕES E ELEMENTOS:** Fones/Mail: (43) 3534-8700. Santo Antônio da Platina/PR, 27 de março de 2023 - **JOSÉ DA SILVA COELHO NETO** - Prefeito Municipal

A melhor
relação

custo

x

benefício

em

Publicidade-

Legal

está no

Bem Paraná

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA - ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2023 - PROC. Nº 067/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada, com registro no conselho de classe competente, a qual fornecerá materiais e mão de obra para a execução da reforma da Quadra Esportiva, sito à Rua Dionísio Paiola, s/n, Vila São José. - **VALOR MÁXIMO ADMITIDO:** R\$ 193.228,37 - **ABERTURA:** 13/04/2023, às 08h40min, na Sede da Prefeitura. - **EDITAL E ELEMENTOS:** Disponível no site www.santoantoniodaplatina.atende.net. - **INFORMAÇÕES E ELEMENTOS:** Fone (43) 3534-8700.

Santo Antônio da Platina/PR, 27 de março de 2023 - **JOSÉ DA SILVA COELHO NETO** - Prefeito Municipal

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023-MP/PGJ
AVISO DE LICITAÇÃO

1 - Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de expediente, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. 2 - Abertura: dia 13 de abril de 2023 às 12h45min (horário de Brasília). 3 - Local: site do Banco do Brasil S/A (www.licitacoes-e.com.br). 4 - Edital e Informações Complementares: Poderão ser obtidas no site do Ministério Público do Estado do Paraná - www.mppr.mp.br e no site do Banco do Brasil S/A - www.licitacoes-e.com.br. Curitiba, 24 de março de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2023

DATA LIMITE PARA ABERTURA DA PROPOSTA: 20/04/2023 às 08h30min. **DATA PARA ABERTURA DA SALA DE DISPUTA:** 20/04/2023 às 09h00min. **Objeto:** "SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE FÓRMULAS INFANTIL". Valor Máximo: R\$ 44.065,00 (quarenta e quatro mil, sessenta e cinco reais). **Informações Complementares:** O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparência: https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01033-013/con_licitacoes.faces.

Dúvidas através do telefone: (41) 3699-8640.

Almirante Tamandaré, 27 de março de 2023.

SANDRA MARIA CUMIN
Pregoeira Oficial

RESULTADO DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº. 025/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE 6x4.

A Prefeitura Municipal de Campo Largo/PR, comunica que a licitação supracitada teve como vencedor(es) a(s) seguinte(s) empresa(s):

LICITANTE	LOTES	VALOR TOTAL
FLORENÇA CAMINHÕES S/A	LOTE ÚNICO	R\$ 618.900,00

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo
27 dias do mês de março de 2023

SAMANTA RODRIGUES DE SIQUEIRA
Pregoeira
Portaria Municipal nº 057/2023

Edital de Tomada de Preço Nº 1.2023

A Prefeitura Municipal de Imbaú torna publico que realizará Tomada de Preço, com sessão de disputa de preços às 13:30 horas do dia 13 de abril de 2023, horário de Brasília – DF; com a finalidade de selecionar melhor proposta para **REVITALIZAÇÃO DO MURO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL, CONSTRUÇÃO DE PÓRTICOS, REVESTIMENTO, ESCULTURA E PILARES**. Outras Informações, bem como cópia do edital completo e da pasta técnica, poderão ser obtidos junto ao site www.imbau.pr.gov.br, ícone Licitações ou junto à Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente. Endereço Avenida Francisco Siqueira Kortz, nº 471, São Cristóvão, Imbau / PR. Fone: (42) 3278 8125.

Imbaú, 27 de março de 2023.

GEYSLA GEOVANA PRACHUM
Presidente CPL

AVISO DE RETIFICAÇÃO
LEILÃO Nº. 01/2023

ANEXO I

Onde lê-se :lote 38 MITSUBISHI PAJERO 2006/2007
Leia-se: lote 38 MITSUBISHI PAJERO 2013/2013
Permanecem inalteradas as demais cláusulas editalícias, MANTÉM-SE A DATA DE ABERTURA/DISPUTA.
Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo 27 dias do mês de Março de 2023

MAURICIO RIVABEM
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul
Estado do Paraná,

Rua: Horacy Santos, 222 – Centro – Cep 83.540-000

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

O município de Rio Branco do Sul - PR, CNPJ nº 76.105.576/0001-85, torna público que irá requerer ao IAT a Licença Prévia para a Ampliação e Reforma do Hospital e Maternidade Municipal, localizado à Rua Generoso Marques, 414, no bairro Centro, no município de Rio Branco do Sul.

3350.6620

Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do BEMPARANÁ.

Acesse também pelo link: <https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>